

Cólera alastra-se para o Búzi, mais de 2 mil casos tratados na província de Sofala

O surto de cólera que eclodiu após a passagem do Ciclone IDAI pela Província de Sofala já afectou mais de 2 mil pessoas que foram tratadas, melhoraram e tiveram alta estando hospitalizados apenas 110 doentes. No entanto 6 novos casos foram dectados no Distrito do Búzi e as autoridades de Saúde estão preocupadas com os distrito de Cheringoma, Chibabava e Muanza.

Texto: Redacção



Falando a imprensa nesta quinta-feira (04) o Director Nacional de Assistência Médica, Ussene Isse, disse que: "Nas últimas 24 horas registamos um cumulativo de 347 casos de cólera em toda a província de Sofala, destes 237 fizeram o tratamento, melhoraram e foram para as suas casas. Neste momento a Cidade da Beira registou nas últimas 24 horas 273 casos, com zero óbitos. O Distrito de Nhamatanda 55 casos, com zero óbitos. O Distrito do Dondo 19 casos, com zero óbitos".

"A nossa equipa de vigilância de doença e investigação de diarreias fez o seu trabalho no Distrito de Búzi, testamos 10 pessoas e 6 confirmaram positivo para cólera. Há três distrito críticos que temos de estar atentos na Província de Sofala nomeadamente o Distrito de Cheringoma, o Distrito de Chibabava e o Distrito de Muanza", alertou Isse.

De acordo com o Director Nacional de Assistência Médica o balanço do primeiro de de vacinação contra a cólera "é extremamente positivo, a nossa supervisão mostrou uma grande afluência das populações a procura da vacinação, os dados que temos hoje indicam que tínhamos vacinado 32 mil pessoas contra a cólera". A meta é vacinar 884 mil pessoas em um semana.

Entretanto o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) continua com um registo de apenas 598 óbitos, desde o passado dia 2, resultantes do impacto do Ciclone IDAI, nos passados dia 14 e 15, e das cheias que se seguiram e afectaram 1.416.024 pessoas que ficaram sem as suas habitações, há registo de 216.745 casas inundadas, parcial ou completamente destruídas.

Ficaram ainda danificadas 54 unidades sanitárias e 3.344 salas de aulas, deixando sem estudar 262.120 estudantes.

PGR vai anunciar que Manuel Chang e António Carlos do Rosário são os únicos Funcionários do Estado com responsabilidades nas dívidas ilegais



Apesar das Garantias bancárias para empresas Proindicus, EMATUM e MAM violando a Constituição da República terem sido assinadas ao abrigo de um Decreto presidencial e do ex-Presidente Armando Guebuza ter afirmado que os empréstimos ao Credit Suisse e ao VTB foram contraídos "em defesa da Pátria Amada e do maravilhoso povo moçambicano" a Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchilli, vai ao Parlamento anunciar que Manuel Chang e António Carlos do Rosário são únicos funcionários do Estado que tem responsabilidades no caso das dívidas ilegais.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Negociações para paz em Moçambique ditam nova revisão da Lei de Eleição do PR e deputados para AR

As negociações para a paz definitiva no nosso país ditaram mais uma revisão da Lei que estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente da República (PR) e dos deputados da Assembleia da República (AR). Dentre as alterações em 24 artigos realce para as mudanças no processo de apuramento nas mesas de assembleia de voto, revisão dos critérios de incapacidade eleitoral assim como da apresentação de candidaturas e da proibição do uso de telemóvel e maquina fotográfica nas cabines de votação.

Texto: Adérito Caldeira

No âmbito da revisão da Constituição da República em resultado das negociações que ainda decorrem para a paz definitiva, entre o Governo e o partido Renamo, as três bancadas parlamentares aprovaram nesta quinta-feira (04), por consenso, a mais uma revisão pontual da Lei que estabelece o quadro jurídico para eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República.

A Tutela jurisdicional os recursos eleitorais que era apenas do Conselho Constitucional foi alargada, em primeira instância, para os Tribunais Judiciais de Distrito ou de Cidade.

Foi incorporada como competência para a Comissão Nacional de Eleições (CNE) a fixação da data do início e término da campanha eleitoral embora se mantenha o período de 45 dias antes da data das eleições para o co-

meço assim como as 48 horas para o encerramento antes da votação.

A possibilidade da CNE autorizar o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral a constituir uma mesa de assembleia de voto, caso o número de eleitores por mesa não o justifique foi suprimida.

Mudou um ponto do artigo relativo a Liberdade e confidencialidade do voto e foi adicionada a proibição do "uso do telemóvel e máquina fotográfica nas cabines de votação".

Grandes alterações foram efectuadas no processo de apuramento parcial do votos particularmente no detalhe das informações que devem constar da acta e do edital das operações de votação e do apuramento parcial.

Assinaláveis são ainda as revisões no

capítulo sobre a capacidade eleitoral passiva no que as Eleições Legislativas diz respeito a supressão da incapacidade que estava preconizada aos condenados em pena de prisão por furto, roubo, abuso de confiança, peculato, falsificação ou por crime cometido por funcionário público e também dos que forem judicialmente declarados delinquentes habituais de difícil correcção.

Incorporada decisão transitória relacionada com o adiamento do recenseamento eleitoral por causa do Ciclone IDAI

Foi também adicionada uma excepção a incapacidade eleitoral passiva aos cidadãos que tenham renunciado ao mandato imediatamente anterior para aqueles que "tenham perdido o mandato pelo facto de inscreverem-se ou as-

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



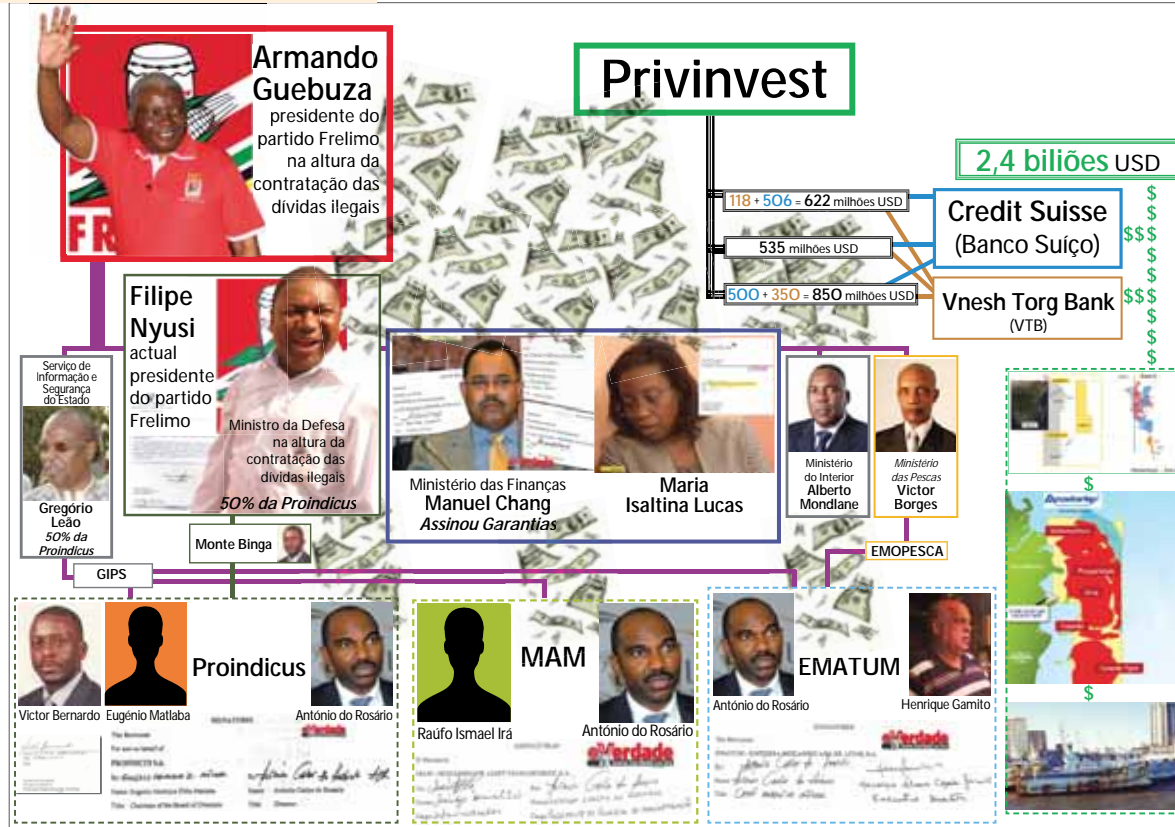
Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - PGR vai anunciar que Manuel Chang e António Carlos do Rosário são os únicos Funcionários do Estado com responsabilidades nas dívidas ilegais

suAinda não é pública a data que a “guardiã da legalidade” vai apresentar a sua 4ª Informação Anual à Assembleia da República no entanto o @Verdade apurou que Beatriz Buchilli vai declarar que dos 12 Funcionários do Estado envolvidos no processo de concepção do projecto do Sistema Integrado de Monitoria da Zona Económica Exclusiva, dito “de natureza estratégico-militar”, criação das empresas Proindicus, Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) e Mozambique Asset Managment (MAM) e emissão das Garantias Soberanas apenas Manuel Chand e António Carlos do Rosário são responsáveis pelo endividamento de Moçambique em mais de 2 biliões de dólares norte-americanos.

“Os elementos até aqui coligidos permitiram a constituição de 28 arguidos, entre servidores públicos e outros. Sobre 10 foram aplicadas medidas de coação, sendo 9 de prisão preventiva e 1 de liberdade provisória, mediante caução. Um dos arguidos, deputado da Assembleia da República e antigo Ministro das Finanças do nosso país, encontra-se preso na vizinha África do Sul, por ordem da justiça americana”, pode-se ler no na Informação a que o @Verdade teve acesso.

Buchilli irá declarar o que já é de domínio público, “foi deduzida acusação contra 20 arguidos, indiciados da prática dos crimes de chantagem, falsificação de documentos, uso de documentos falsos, abuso de cargo ou função, peculato, corrupção passiva para acto ilícito, abuso de confiança, branqueamento de capitais e associação para delinquir”.



“Para além das medidas de coação aplicadas aos arguidos, procedemos à apreensão de 15 imóveis, 6 viaturas de diferentes marcas e modelos, 1 máquina pesada de construção civil, por haver indícios de se tratar de bens adquiridos com base em fundos ilegalmente obtidos e relacionados com os crimes em causa. Pelas mesmas razões, foram congeladas 31 contas bancárias, pertencentes e relacionadas com os arguidos”, informará também a PGR.

Outro facto de conhecimento público que Beatriz Buchilli vai referir é a acção cível intentada no The High Court of Justice, Business and Property Court, “contra os bancos, empresas e gestores intervenientes na contratação dos empréstimos”.

Manuel Chang o grande corrupto

A Procuradora-Geral da República revelará aos deputados que mais de um ano após remeter “peças relevantes do processo” que mostram factos “susceptíveis de substanciar infracções financeiras (...) ainda aguardamos a decisão do Tribunal Administrativo”.

Buchilli irá reiterar que do auxílio jurídico e judiciário solicitado ao Reino Unido, França, Holanda, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, Suíça, África do Sul e Portugal a instituição que dirige apenas recebeu “respostas do Reino Unido, França, Suíça e Holanda”.

A PGR informará que sobre Manuel Chang é arguido em

outro processo a correr termos nas instituições judiciais moçambicanas, em alusão a corrupção que envolveu a construção do Aeroporto de Nacala, por isso “foi emitida ordem de prisão pelo Tribunal Supremo e efectuada pelas autoridades



Foto: OpenNewsSA

competentes da República da África do Sul. Na sequência

tende responsabilizar apenas dois deles.

→ continuação Pag. 01 - Negociações para paz em Moçambique ditam nova revisão da Lei de Eleição do PR e deputados para AR

mirem funções em partido político, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores proponentes, diferente daquele pelo qual foi eleito”.

O processo de verificação das candidaturas e publicação das listas aceites e rejeitas teve os seus prazos revistos, pelo número 2 do artigo 180: “Findo o período de apresentação das candidaturas a Comissão Nacional de Eleições procede, no prazo de trinta dias subsequentes, à reverificação da elaboração das listas dos candidatos aceites e rejeitados e, por competente deliberação decide pela aceitação ou rejeição da candidatura.”

Ademais, “O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, nos três dias subsequentes ao término do prazo previsto no número 2, do presente artigo, manda afixar, no lugar de estilo das suas instalações, cópias de deliberação de aceitação ou rejeição de candidatura.”

A investidura dos deputados da Assembleia da República, que estava determinada acontecer até 15 dias após a publicação em Boletim da Re-

pública dos resultados finais passa a não ter um número de dias estabelecido ficando condicionado a “validação, promulgação e publicação, no Boletim da República, dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional” e a competência da marcação da data concreta que era da Comissão Nacional de Eleições passa estar nas mãos do Conselho Constitucional.

Nesta revisão da Lei 08/2013 assim como da alteração efectuada em 2014, também devido a negociações para a paz na altura encabeçadas por Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, foram aditados dois novos artigos. Um sobre a apreciação de questões prévias no âmbito do apuramento ao nível do distrito ou cidade e foi incorporada uma decisão transitória relacionada com o adiamento do recenseamento eleitoral por causa do Ciclone IDAI.

“Para as eleições do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República de 15 de Outubro de 2019, é ficado em setenta e cinco dias o prazo de apresentação de candidaturas”, determina agora a lei.

Seleção feminina de futebol de Moçambique humilhada pelo Malawi

A selecção feminina de futebol de Moçambique foi nesta quinta-feira (04) humilhada pela congénere do Malawi por 11-1 em jogo da 1ª mão da 1ª eliminatória de acesso aos Jogos Olímpicos de Tóquio que terão lugar em 2020, no Japão.

Texto: Redacção • Foto: CAF

Em Blantyre, Tabitha Chawinga abriu o placar para as anfitriãs no minuto 13 e fez o 2-0 antes da meia hora de jogo. Temwa Chawinga fez o terceiro, no minuto 34, e bisou dois minutos depois. No minuto 39 Wezzie Mvula aumentou para 6-0 e Temwa fechou o placar ao intervalo 7-0.

Com sete minutos jogados Linda Kasenda abriu o placar na 2ª parte, fez o 9-0 e Temwa marcou o 10-0, fazendo o seu quinto golo na partida. Tabitha voltou a marcar, o seu terceiro no jogo, antes do golo de consolação das moçambicanas.

O jogo da segunda mão está

agendado para a próxima terça-feira (09) em Maputo.

A selecção que vencer a elimi-



natória, como se houvesse dúvidas, irá defrontar o Quênia na fase seguinte.

Ao todo serão vinte e cinco países estarão envolvidos nestas eliminatórias a excepção de Ni-

géria, África do Sul, Gana, Zimbábue, Quênia e Guiné-Equatorial, que por força do seu ranking só entrarão em cena na segunda fase de apuramento que deverá iniciar em Setembro.

As partidas da derradeira fase serão disputadas em Outubro de 2019 aonde o representante de África para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 será conhecido.

Em 2012 a selecção de Moçambique não foi além das eliminatórias de acesso ao Campeonato Mundial Sub-20 que teve lugar no Japão, ao ser afastado pelo Zimbábue.

Desporto

Editorial

averdademz@gmail.com

Com milagres não vamos a lugar nenhum

Já se tornou num *modus operandi*, por parte do Governo moçambicano, estender as mãos na expectativa de receber milagres para resolver os inúmeros problemas que apoquentam o quotidiano da população moçambicana. Essa atitude do Governo da Frelimo é um crime de bradar aos céus.

Todos os anos, o nosso país tem enfrentado situações adversas que urge medidas por parte do Governo, com vista a aliviar a situação sofrida em que os moçambicanos se encontram. Uma dessas situações é a desgraça deixada pela passagem do ciclone IDAI na região Centro de Moçambique, concretamente as províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete, onde pelo menos 900 mil pessoas foram afectadas, das quais pouco mais de 100 mil encontram-se abrigados em centros de acomodação.

Reconhece-se a gravidade da situa-

ção, assim como o facto de se tratar de um desastre natural e o Governo não tinha como impedir que isso acontecesse. Mas é importante que se diga em abono da verdade que o Executivo moçambicano já devia ter criado um fundo de resposta à emergência, tendo em conta as experiências amargadas das cheias do ano 2000. Certamente, não fosse o pronto apoio internacional, a situação dos moçambicanos afectados pelo ciclone seria bastante lastimável.

A cidade da Beira foi, sem sombras de dúvidas, a mais arrasada pelo ciclone. Como uma forma de resposta à reconstrução da Beira assim como das infra-estruturas danificadas pelo ciclone e cheias de Março, o Governo moçambicano criou o Programa de Recuperação Pós-Calamidade (PREPOC), aprovado pelo Conselho de Ministros, numa sessão alargada que aconteceu em Maputo e que incluiu o edil Daviz

Simango.

À semelhança de todas as iniciativas do Governo da Frelimo, o PREPOC também nasceu sem dinheiro para a sua materialização. Aliás, a curto prazo a única forma de iniciar a reconstrução que o Governo tem em mente é a “reorientação” do actual Orçamento de Estado de 340,4 biliões de Meticais, onde 196,6 biliões são para Despesas de Funcionamento, 102,3 biliões para Investimento e 41,5 biliões para Operações Financeiras. Se o Governo fosse mais organizado, certamente a saída não seria esta.

Em suma, o Estado moçambicano tem de criar um fundo de resposta à emergência para esse tipo de situações, e não apenas ficar à espera de milagres, e nesse caso especial a realização da Conferência Internacional de Doadores que está prevista para Maio, para resolver os seus problemas.

Xiconhoca

Funcionários do SENAMI corruptos

Cidália dos Santos, Cira Fernandes e outros 20 funcionários do Serviço Nacional de Migração (SENAMI) são uns verdadeiros Xiconhocas. Esse bando de corruptos criou um sistema de falsificação de passaportes e outros documentos de identificação. A acção destes Xiconhocas, que agora se encontram nos bancos dos réus, permitiu ao cadastrado Momade Assife Abdul Satar fugir de Moçambique em 2016, para de conceder vistos de entrada em Moçambique a 17 cidadãos nigerianos e emissão de 42 passaportes falsos que foram usados por cidadãos de nacionalidade nigeriana. Estes Xiconhocas devem ser exemplarmente punidos.

Ladrões da ajuda de emergência

Definitivamente, alguns moçambicanos devem ser estudados de modo que se entenda essa forte propensão ao roubo. Numa situação quem milhares de moçambicanos enfrentam dificuldades para ter o que comer, há um bando de insensíveis que tem estado a desviar os alimentos e os donativos para o benefício próprio, agudizando o sofrimento das pessoas nos centros de acomodação. É caso para dizer que não somos uma sociedade normal.

Gangue das dívidas ilegais

Os indivíduos que levaram o nosso país à beira do abismo, contraindo empréstimos ilegais em nome dos moçambicanos, continuam a rir-se da cara do povo. Essa gangue, que parte dela se encontra em prisão preventiva, parece que continuam a levar uma vida faustosa nos estabelecimentos de reclusão, o que chega a ser um insulto de proporções gigantescas ao povo. Bando de Xiconhocas!

Sociedade

Parceiros de Cooperação prometem financiar PREPOC “sobretudo com doações”

Os Parceiros de Cooperação internacional reafirmaram nesta quinta-feira (04) a vontade de apoiar o Programa de Recuperação Pós-Calamidade (PREPOC) de Moçambique “sobretudo com doações”, declarou o chefe da delegação da União Europeia após reunir com o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos que lidera o Gabinete de Reconstrução no entanto António Sanches-Benedito Gaspar ressaltou que é preciso olhar para além das infra-estruturas, “para o sector produtivo e serviços sociais”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

No seguimento da aprovação pelo Conselho de Ministros dos “termos de referência” para o PREPOC que em cinco anos propõe-se a reconstruir a cidade da Beira assim como as infra-estruturas públicas danificadas pelo Ciclone IDAI e pelas cheias que se seguiram nas províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Inhambane os responsáveis do sector de obras públicas e recursos hídricos reuniram com os representantes do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia e Nações Unidas no nosso país para coordenar “a metodologia de elaboração do Programa de Recuperação Pós-Calamidade e também verificar quais são os mecanismos que podem já serem activados para iniciar já este programa”, de acordo com PCA do Fundo de Estradas, Ângelo Macuácu.

Falando em nome dos Parceiros o chefe da delegação da União Europeia em Moçambique explicou que embora ainda estejamos na fase de emergência “é importante estabelecer os mecanismos necessários para a



reconstrução. O trabalho que já foi iniciado pela Comunidade Internacional, na base do mecanismo PDMA.

“É um mecanismo que já foi posto em prática em outros países com bastantes bons resultados, estabelece uma metodologia internacional que é única para evitar duplicações e ter uma visão conjunta e comum de todos os danos numa só matriz. O Governo tem pessoas no terreno, nós temos pessoas a fazerem avaliação agora o importante é pôr esta toda informação de uma maneira harmonizada num só documento que servirá de base para

a Conferência Internacional que vai se realizar”, esclareceu António Sanches-Benedito Gaspar.

O chefe da delegação da União Europeia ressaltou no entanto que “deve ser também um documento abrangente que vai olhar não só para questões de infra-estruturas, como estradas e energia, mas também para o sector produtivo e serviços sociais”.

De acordo com António Sanches-Benedito Gaspar os fundos para financiar o PREPOC serão “sobretudo com doações, entre os parceiros cada um tem os seus próprios mecanismos, regras e procedimentos mas acho que existe uma vontade não só de acrescentar nos programas actuais mas também numa certa medida readaptar ou reprogramar alguns projectos que estão em curso”.

Aliás tendo em conta suspensão de um Programa financeiro com o Fundo Monetário Internacional Moçambique só está habilitado a receber doações ou créditos muito condicionais.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

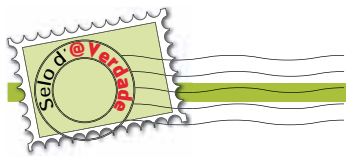
Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com



IDAI: O DAY AFTER

O IDAI foi e está sendo devastador. Milhares de cidadãos abrangidos, patrimónios privados e públicos perdidos, infra-estruturas destruídas, vidas que sofreram mudanças violentas em poucas horas.

Imediatamente, emergiu espontaneamente um grande movimento de solidariedade humanitária, nacional e internacional. Muitas organizações públicas e privadas, organizações da sociedade civil e cidadãos, envolveram-se neste processo. Eventualmente, alguns governos, organizações e privados não perderam a oportunidade para uma mediatização própria. Existe a frase que a ajuda deve ser anónima, caso contrário... muito se pode especular.

Assistiu-se a um precipitado anúncio não consistente, sobre os efeitos da catástrofe (por exemplo, do número de mortos). Isso não significa que os números referidos não possam ser, inclusivamente, superiores aos pronunciados pelo governo de Moçambique, organizações internacionais, órgãos de informação, etc. Balanços precipitados podem ser entendidos como um alerta à comunidade internacional e aos cidadãos, mas também como forma de obtenção de recursos por várias instituições envolvidas, incluindo o Governo.

Começam a surgir os primeiros sinais de preocupação quanto à organização. Por exemplo: (1) ainda não foram vistos militares nacionais, barcos da marinha, helicópteros da força aérea nas operações de emergência; (2) as forças policiais não foram suficientes e, por isso, incapazes de evitar assaltos e vandalismo à propriedade privada, um aspecto muito presente em situações desta natureza; (3) muitas organizações pretendem actuar fora do âmbito do INGC e exigem acções de auditoria, o que revela falta de confiança e credibilidade nas instituições públicas; (4) não há informação sobre a súbita retirada do apoio sul-africano, a primeira a estar

no terreno, a única que se preparou antecipadamente e com importantes recursos; (5) qual tem sido o envolvimento do Governador da província e dos edis dos municípios, em particular da cidade da Beira, que veio a Maputo, solicitar apoios em algumas embaixadas; (6) a organização UNIDOS PELA BEIRA, com sede em Maputo, que organizou uma avultada carga transportada por barco de Maputo para a Beira, está preocupada com a exigência de entregar os donativos ao INGC. Por que será?

O texto tem como título o day after (o dia seguinte/depois) do ciclone. Isto é, quando as primeiras acções de emergência (fornecimento de água e alimentação, restabelecimento das vias de comunicação (mesmo que precário) e de telecomunicações estiverem concluídos. Trata-se de restabelecer, quanto possível, a economia, os serviços, os alojamentos, enfim ... o modo de vida das pessoas.

Não se sabe se este day after está sendo programado/preparado e estruturadas as instituições para o efeito, mobilizados os recursos, definidas as prioridades e zonas de intervenção. Ou será que acontecerá de forma precipitada e atrasada como foi a prevenção do ciclone conhecido com dias de antecedência, ou pouca capacidade na realização das acções de prevenção, como seja, a informação aos cidadãos, o estabelecimento de um órgão coordenador de emergência com participação da edilidade da Beira e do Governador das províncias de Sofala e Manica, a mobilização das organizações internacionais e países com embaixadas em Maputo, a preparação de forças militares para que participassem nas acções imediatas, entre outras acções que seriam realizáveis antes da prevista chegada do ciclone? As populações da área de risco foram informadas com exactidão e que alternativas existiam (mesmo que não existissem, seriam menos gravosas que as resultantes da imprevisão)?

Não importa, neste momento, escrever muito sobre a fase pré-ciclone das acções de emergência. Agora, é importante ressaltar o grande envolvimento de todos: governo, organizações internacionais, cooperação, sociedade civil e cidadãos em geral. Uma lição de humanismo, solidariedade e de dor colectiva. É necessário enaltecer a resposta para que as estradas funcionassem, a recuperação da energia, das comunicações, os serviços de saúde e as preocupações quanto à emergência de doenças (principalmente cólera, diarreia e malária), entre outros aspectos. Mas, certamente, que será necessário fazer o balanço e da fase pré-ciclone. Houve aspectos não compreensíveis e que os cidadãos merecem explicação. É necessário avaliar, para retirar lições, e, se necessário, assumir responsabilidades.

Depois das acções de emergência é feita a análise referida no parágrafo anterior. É necessário avançar para a reconstrução das vidas dos cidadãos, das empresas, dos serviços aos cidadãos - saúde e salubridade, água potável devido aos riscos de águas das cheias, educação, - entre outros.

É necessário retirar lições das cheias do Zambeze de 2012 e do Limpopo de 2000. Para as acções de recuperação, sugere-se:

ACÇÕES DO GOVERNO: (1) estabelecer uma organização ou reforçar a existente, para assegurar a eficácia, eficiência e coordenação das acções, incluindo com a participação das instituições locais e da sociedade civil e sector privado; (2) estabelecer mecanismos de auscultação com os cidadãos e as autoridades locais e líderes comunitários; (3) finalizar a recuperação do abastecimento de água potável, das vias de comunicação de diferentes níveis, dos postos de saúde e escolas e da energia. Considerando as restrições orçamentais, um grande esforço deve ser feito para que

a cooperação internacional aceite um tratamento deste caso específico, independentemente do sancionamento ligado ao processo das dívidas ocultas ou outras.

SECTOR PRIVADO: estabelecer linhas de crédito, com taxas de juro mais baixas que as praticadas nos mercados, reduzir temporariamente o IRPC e reduzir as tarifas alfandegárias para as importações de bens essenciais.

SOCIEDADE CIVIL: (1) reforçar em recursos humanos transitórios e com recursos financeiros das organizações com vocação para a realização de acções relacionadas com a saúde, educação e água, entre outras; (2) monitorar e acompanhar as acções de emergência e reconstrução, com o objectivo de se estudar o acontecimento e retirar lições para casos futuros.

CIDADÃOS: (1) envolver a população na reconstrução das infra-estruturas com pagamento em espécie (alimentos, materiais de construção, etc.) e em dinheiro para facilitar a recuperação do património privado/familiar (casa, cercados, gado, etc.); (2) o Governo e a comunidade internacional podem atribuir a acção de distribuição a várias organizações (autoridades locais, privados e organizações da sociedade civil que possuem procedimentos mais flexíveis e mais facilmente auditadas).

Algumas destas acções, que se prolongam a médio e longo prazo, são uma continuidade de outras que se iniciaram no período de emergência.

A distribuição de alimentos e de recursos deveria ter critérios de priorização em função do tamanho das famílias, de uma avaliação dos patrimónios destruídos e entregar, primeiramente, o dinheiro às famílias onde os chefes do agregado sejam mulheres, a mães solteiras e aos idosos. Esta é uma operação complexa mas a experiência revelou, em Moçambique e em outros países,

que os resultados são muito compensadores para as famílias (recorde-se o sucesso da distribuição de dinheiro às famílias afectadas pelas cheias do Limpopo em 2000).

A médio e longo prazo é importante que aconteça: (1) o reforço em recursos humanos, técnicos e financeiros da instituição especializada, o INGC; (2) a recuperação das infra-estruturas seja efectivamente concluída; (3) a realização de futuras medidas de resiliência, como por exemplo, a construção de diques de defesa contra cheias, pesquisa de variedades de sementes resistentes a secas, constituição de reservas alimentares e em dinheiro; (4) a formação de forças militares especializadas para acções de emergência civil; e, (5) a capacitação de forças policiais para a defesa do património das pessoas e empresas que, nestas circunstâncias, estão expostas a vandalismos e roubos; (6) o estabelecimento de mecanismos de acolhimento funcional das iniciativas de organizações da sociedade civil e de cidadãos para que não exista o apoderamento destas iniciativas como parece estar acontecendo.

Considerando a expansão da cidade e a sua localização e como medidas de fundo de aumentar a resiliências às calamidades, seria fundamental regular o surgimento de novos bairros fora do âmbito de um plano de ordenamento da cidade, criar novas centralidades urbanas na cidade e tomar medidas de reassentamento da população que ocupou desordenadamente as periferias da cidade.

Muita atenção deve haver para que as acções de distribuição de recursos não tenham aproveitamentos político-partidários, sobretudo em ano eleitoral.

O Observatório do Meio Rural procurará acompanhar a evolução da situação e trará a público análises sobre o assunto.

Por João Mosca

Observatório do Meio Rural

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-52-ida/>

Comiche interdita venda na berma das estradas de Maputo

Eneas Comiche decidiu "Interditar a venda informal em locais impróprios, nomeadamente, a beira da estrada, passeios" do Município de Maputo na sequência de mais um acidente de viação que causou a morte de uma munícipe e deixou dezenas feridos no Zimpeto.

Texto: Redacção

Um autocarro de transporte de passageiro despistou-se no sábado (30) e atropelou dezenas de cidadão no bairro do Zimpeto. Dentre as vítimas, vendedores informais, uma munícipe acabou por falecer e 27 ficaram feridos, três dos quais com gravidade.

Na sequência de mais este acidente envolvendo cidadãos nas bermas das vias rodoviárias o edil da cidade de Maputo, após reunir durante o domingo (31) com os seus vereadores decidiu "Interditar a venda informal em locais impróprios, nomeadamente, a beira da estrada, passeios, entre outros que ponham em perigo a vida dos munícipes", indica um comunicado do Concelho Municipal.

Negligência da tripulação causou naufrágio na Maxixe

O naufrágio de uma embarcação de transporte de passageiros na ponte cais da Maxixe, na província de Inhambane, a 17 de Fevereiro aconteceu devido a negligência da tripulação, concluiu a comissão de inquérito ao incidente onde morreram sete pessoas.

Texto: Redacção

De acordo com o relatório, divulgado na semana passada durante a sessão ordinária do Governo de Inhambane, todos os tripulantes da embarcação são responsáveis pelo naufrágio pois tinham conhecimento das deficiências mecânicas da mesma, procederam a substituição de velas no motor na presença de passageiros e depois não souberam lidar com pânico gerado pela explosão e incêndio que resultou dessa operação mecânica.

Aliás os tripulantes da embarcação que além dos sete óbitos deixou 27 feridos fugiu do local do incidente e desde então não foi localizada no entanto o relatório da comissão de inquérito será enviado à Justiça para a necessária responsabilização.

Empresários do Centro de Moçambique pedem moratória para impostos, taxas de juro bonificadas e primazia na reconstrução



Para além do mais de meio milhão de mortos, cerca de 1 milhão de afectados, acima de 100 mil casas danificadas o Ciclone IDAI e as cheias que se seguiram dilaceram o debilitado sector privado do Centro de Moçambique. "O sector privado pediu ao Chefe de Estado e ao Governo instrumentos para alavancar o seu negócio", revelou ao @Verdade o presidente do Conselho Empresarial de Sofala, Ricardo Cunhaque.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Prime Rate em Moçambique não muda desde Fevereiro

Os bancos comerciais e o Banco de Moçambique (BM) continuam indiferentes ao anunciado fim da crise económica e até mostram-se alheios ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que encorajou a redução das taxas de juro reais tendo mantido a mesma Prime Rate do Sistema Financeiro, que não baixa desde Fevereiro, e os mesmo spreads, que vigoram desde Outubro de 2018.

Texto: Adérito Caldeira

Pelo terceiro mês consecutivo o BM e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) mantiveram inalterada a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano nos 19,5 por cento.

que são aplicadas aos moçambicanos que procuram a banca comercial para financiar-se, e que são consideradas pelo FMI altas.

"Na frente monetária, a missão

em particular para as PME, fomentando a actividade económica e a criação de emprego, bem como a inclusão financeira" disse Ricardo Velloso, o chefe da Missão do Fundo que visitou o

Descrição	Taxa
<i>Indexante Único* (Calculado pelo BM)</i>	14,30%
<i>Prémio de Custo (Calculado pela AMB)</i>	5,20%
<i>Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)</i>	19,50%

*Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte.

Também imutáveis, pelo sétimo mês consecutivo, continuam os spreads, margens de lucro por cada categoria de crédito, das 17 instituições bancárias que operam no nosso país.

Estes spreads adicionados à Prime Rate mantém acima dos 20 por cento as taxas de juro reais

encoraja o Banco de Moçambique a prosseguir com a redução da taxa directora, ainda que de modo prudente, garantido ao mesmo tempo que as expectativas de inflação permaneçam bem ancoradas. Taxas de juros reais mais baixas ajudariam a aumentar os fluxos de crédito bancário para o sector privado,

nosso país nas últimas semanas.

Paradoxalmente, e mesmo concedendo menos produtos de crédito, os bancos comerciais viram os seus lucros aumentaram no último exercício económico, são vários biliões ganhos enquanto o país continua mergulhado em crise.

CA PAZ

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 05 - Empresários do Centro de Moçambique pedem moratória para impostos, taxas de juro bonificadas e primazia na reconstrução

Cunhaque, que há pouco mais de um ano explicou ao @Verdade como a crise económica estava a afectar os empresários de Sofala que na altura ainda não se haviam restabelecido dos efeitos da crise político-militar, começou por esclarecer que o sector privado não está de mão estendida e que as medidas iniciais anunciadas pelo Presidente Filipe Nyusi “são bem vindas” no entanto “gostaríamos que a breve trecho o Chefe de Estado venha trazer medidas mais fortalecedoras para o empresariado” afinal o sector produtivo “já está descapitalizado, e as empresas vão continuar descapitalizados com esta tragédia”.

Antes da Declaração à Nação o Nyusi reuniu-se com o empresariado de Sofala, na cidade da Beira, onde mais do que lamentações ouviu propostas que objectivas de como ajuda-los a recomençar após a tragédia.

“O sector privado pediu ao Chefe de Estado e ao Governo instrumentos para alavancar o seu negócio, precisamos de encontrar linhas de financiamento a taxas de juro bonificadas, requisi-



tos para aceder ao dinheiro e garantias acessíveis e isso permitirá que o empresariado possa ir buscar esses fundos para reconstruir a sua actividade”, disse Ricardo Cunhaque.

O presidente do Conselho

Empresarial de Sofala acrescentou que visto que “(...) estamos num mês em que temos de começar a fazer pagamentos, IRPC, pagamentos por conta, por aí, e pedimos ao Governo um relaxamento das datas para o pagamento desses impostos”.

“Queremos que se privilegie ao empresariado local para a reconstrução”

A Conta Geral do Estado evidencia o impactos das sucessivas crises sobre a economia da província de Sofala que há vários anos não gera as

receitas tributárias previstas, em 2016 a arrecadação ficou-se pelos 67,9 por cento e em 2017 caiu para 52,1 por cento do planificado.

Os Impostos sobre o Rendimento são os que mais receitas geram em Sofala e por isso Cunhaque disse ao ao @Verdade que: “Também queremos que o Governo encontre forma de isentar o IRPC durante um algum período para que possamos pegar nesse dinheiro e investir aqui”.

Ricardo Cunhaque, que até hoje não recebeu nenhuma das facturas atrasadas que o Estado deve as suas empresas há vários anos, disse ainda ao @Verdade que os empresários pediram ao Presidente Nyusi primazia nos trabalho de reconstrução.

“Com toda a tragédia e depois dos salvamentos concluídos vai haver a reconstrução, muito trabalho aqui na província e queremos que se privilegie ao empresariado local para a sua execução, vai ser também uma forma de também financiar o empresariado de Sofala”, concluiu o presidente do Conselho Empresarial de Sofala.

FMI urge recuperação, reestruturação ou privatização das Empresas Públicas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu “rapidez” ao Governo na “recuperação, reestruturação ou privatização das Empresas Públicas com dificuldades financeiras de modo a limitar os riscos para o Orçamento” de Estado.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

A Missão do FMI que visitou Moçambique lembrou ao Executivo que “A nova entidade prevista na Lei das Empresas Públicas deverá, depois de criada, exercer uma fiscalização financeira forte sobre o sector no seu todo. No entanto, nesta área, a rapidez é fundamental”.

“As autoridades devem acelerar a elaboração e implementação dos planos de recuperação, reestruturação ou privatização das Empresas Públicas com dificuldades financeiras de modo a limitar os riscos para o Orçamento”, afirmou em conferência de imprensa o chefe da Missão, Ricardo Velloso.

A nova lei sobre os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado estabelece que a função de acionista deve ser exercida por uma entidade de gestão e coordenação que se confunde com o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), talvez daí surja a demanda do FMI.

Aliás o ministro da Economia e Finanças, questionado pelo @Verdade, esclareceu que: “Para nós esta unidade é o IGEPE que depois terá



uma fase de reestruturação para não ficar um vazio, o prazo não é muito importante, o que é importante é se o IGEPE desde hoje está em condições de fazer aplicar o novo dispositivo”.

Porém há vários anos que o Tribunal Administrativo vem alertando que o IGEPE é incapaz de controlar e gerir os investimentos do Estado no capital social de 113 empresas. “O IGEPE continua a não deter o controlo da totalidade das parcelas do Estado no capital social de empresas, estando parte destas sob gestão de ministérios sectoriais e outros entes públicos, o que contraria o preceituado no nº 2, do artigo 1.º do seu estatuto orgânico”, afirma o TA recorrentemente nos seus relatórios.

Evitada falência de pequenos empreendedores

Cerca de cinquenta proprietários e gestores de startups beneficiaram, na sexta-feira, 29 de Março, na Incubadora de Negócios do Standard Bank, em Maputo, de uma capacitação, visando o aprimoramento de competências financeiras, de modo a gerir com maior eficiência os seus negócios.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Com esta iniciativa, a NNB Consultores, em parceria com o Standard Bank, pretende que os gestores e proprietários de startups consigam interpretar, facilmente, a situação económica e financeira das suas empresas, uma vez que o domínio de conceitos de gestão financeira no ciclo de gestão das organizações é crucial.

Abordado momentos após proferir a palestra interactiva, repleta de exemplos práticos e reais, Nelo Matola, representante da NNB Consultores, referiu que se trata de ajudar os pequenos empreendedores a melhorar a saúde financeira dos seus projectos, tendo em conta que, nos primeiros anos, a componente financeira tem sido muito crítica, assumindo-se, em muitos casos, como o principal motivo da falência.

“Fizemos uma abordagem sobre noções de contabilidade para pessoas que não são contabilistas, uma vez que a contabilidade é a base para a gestão financeira”, disse Nelo Matola.

Ainda no leque dos temas abordados na palestra, Nelo Matola destacou os pressupostos técnicos a ter-se em conta no processo de fixação de preços dos produtos e serviços prestados pelas startups, bem como o ponto de equilíbrio financeiro e as dicas para a melho-



ria da saúde financeira das empresas.

“Entendemos que as startups têm que ter conhecimento sobre o ponto de equilíbrio financeiro para que saibam se estão a operar ou não abaixo desse ponto, assim como as estratégias a observar para alavancar os negócios”, disse, acrescentando que foram, igualmente, objecto de abordagem temas como a análise de rácios.

Uma das beneficiárias da capacitação financeira, Cleide Nhampossa, cuja empresa presta serviços de inserção de novos produtos no mercado, considerou que a capacitação foi proveitosa, uma vez que incidiu sobre os conceitos práticos e elementares utilizados na gestão financeira de startups.

“Para nós, que estamos a dar início a um negócio, é importante que tenhamos algum domínio de gestão financeira, porque é uma das bases para o crescimento empresarial”, sublinhou.

Para Atália Honwane, gestora de uma startup que produz e comercializa plântulas de hortícolas, tratou-se de uma palestra pertinente para as startups, sobretudo, as que ainda estão no início dos seus negócios.

“Muitos gestores das pequenas empresas não têm noções de gestão financeira, o que tem concorrido para a falência precoce dos seus negócios, devido à falta de planificação orçamental”, concluiu.

Importa realçar que a Incubadora de Negócios do Standard Bank é um empreendimento concebido no âmbito da visão e estratégia do banco, cuja materialização passa pela implementação de iniciativas que fomentam a inovação e o empreendedorismo, que são os mentores do crescimento económico do País.

Para além do espaço físico, a incubadora oferece desde a formação até à interacção com outras empresas e órgãos ou entidades governamentais, tendo em vista a criação de condições para o surgimento e estabelecimento de empreendimentos sustentáveis, que terão um impacto positivo na economia e na sua cadeia de valores, gerando riqueza e inclusão financeira para os cidadãos.

Nas zonas atingidas pelo ciclone Idai: Gapi apoia reconstrução das economias locais

Em resposta ao apelo da Fundação Fernando Leite Couto, a Gapi-Sociedade de Investimentos, SA fez uma doação de três milhões de Meticais, destinados à reconstrução de mercados e relançamento de pequenos negócios nas zonas afectadas pelo ciclone Idai.

Texto: www.fimde semana.co.mz

A Fundação Fernando Leite Couto lançou um apelo à solidariedade em prol das vítimas do ciclone Idai. O apoio será, numa primeira fase, destinado ao fundo de emergência em parceria com a Cruz Vermelha. Numa segunda fase, essa ajuda será dirigida para a reconstrução de infraestruturas.

Em resposta, a Gapi - Sociedade de Investimentos, SA, decidiu prestar apoio no relançamento da economia local em municípios e vilas identificados, em função da gravidade dos impactos da intempérie.

A intervenção estará focada no relançamento de pequenos negócios que dinamizam a economia das comunidades a longo prazo.

Assim, os 3 milhões de meticais, doados pela Gapi-SI, através da Fundação Fernando Leite Couto, serão destinados a apoiar a reabilitação de mercados e pequenos negócios em Maquinino (Beira) e nos distritos de Nhamatanda, Dondo, Búzi, Gorongosa, Caia, Gondola, Sussundenga e Nicoadala.

A aplicação destes fundos será feita em colaboração com as autoridades locais.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Governo pretende unificar Alta Autoridade para Indústria Extrativa e a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extractivas porque “são coincidentes”



O Governo de Filipe Nyusi, que desde 2015 viola a lei adiando a instalação da Alta Autoridade para Indústria Extrativa pretende agora unifica-la com a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extractivas. “Vai uma única instituição cuidar dos dois assuntos, são coincidentes”, declarou ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

1.304 doentes com cólera tratados em Sofala, óbitos do Ciclone IDAI e cheias aumentam para 598 pessoas

Continua a subir o número de vítimas mortais do Ciclone IDAI e das cheias que massacraram o Centro de Moçambique, nesta terça-feira (02) as autoridades actualizaram para 598 o número de óbitos. A aumentar estão o casos de cólera, desde o passado dia 27 foram tratados na província de Sofala 1.304 doentes.

Texto: Redacção

Foram registadas mais 97 vítimas mortais, comparativamente a domingo (31), pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades que indicou existirem 1.641 feridos e mais de 967.014 pessoas afectadas pela tragédia que afectou as províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete há duas semanas.

Pelo 112.076 casas ficaram de alguma forma danificadas assim como 3.344 salas de aulas e 54 unidades sanitárias, 715.378 hectares de culturas estão submersos.

Enquanto se tenta recomeçar a vida a deficiente distribuição de água potável e a falta de saneamento nos bairros mais populosos da cidade da Beira está a contribuir para o crescimento do número de cidadãos tratados com cólera. Até sábado (30) tinha sido de 517 pacientes no entanto o registou disparou para 1.304 doentes tratados na província de Sofala.

“Desde o dia 27 até ao dia 31 registamos na cidade da Beira 959 entradas,

com 870 altas e um óbito. No distrito de Nhamatanda registamos durante este período 87 entradas, 79 altas e zero óbitos”, revelou nesta segunda-feira (01) o Director Nacional de Assistência Médica, Ussene Isse, que avaliou como “positiva” a resposta da Saúde durante a 1ª semana que está a lidar com o surto, “se olharmos para aquilo que é a nossa capacidade de manejo e de tratamento dos casos em cerca de 90 por cento”.

Isse disse ainda a jornalistas na capital de Sofala que “das 7 horas de ontem dia 31 às 7 horas de hoje dia 1 na cidade da Beira registamos 247 entradas e zero óbitos. No distrito de Nhamatanda registamos 11 entradas e zero óbitos. Se compararmos com os dados das 24 horas anteriores nota-se um ligeiro aumento de casos na cidade da Beira e uma redução de casos no distrito de Nhamatanda”, contudo admitiu que ainda não tem



informação sobre a eclosão, ou não, de um surto de cólera no distrito do Búzi, “as nossas equipas ainda estão no terreno”.

Entretanto nesta segunda-feira (01) iniciou a formação de 43 profissionais de saúde que, de acordo com o Director do Instituto Nacional de Saúde, Ilesh Jani, irão multiplicar os conhecimentos para outros quase dois mil profissionais e todos irão trabalhar na campanha que arranca na quarta-feira (03) e em uma semana propõe-se a imunizar 884 mil pessoas na cidade da Beira e nos distritos de Dondo, Búzi e Nhamatanda, graças as vacinas contra a cólera doadas pela Organização Mundial da Saúde.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Governo pretende unificar Alta Autoridade para Indústria Extrativa e a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extractivas porque “são coincidentes”

A Lei de Minas criou em Agosto de 2014 a Alta Autoridade para Indústria Extrativa e determinou que o Governo tinha um prazo de 12 meses para a instalar.

O legislador antecipava, com a criação da Alta Autoridade para Indústria Extrativa, a incapacidade das instituições do Governo existentes para a monitoria, fiscalização e auditoria as empresas que exploram os recursos minerais existentes em Moçambique.

As multinacionais como a Sasol, Kenmare, Vale, ICVL ou mesmo a Anadarko e a ENI têm décadas de experiência em contornar Governo fracos para gerar mais dividendos para os seus accionistas.

Quase duas décadas após a petrolífera sul-africana começar a explorar o gás natural existente na província de Inhambane até o Presidente Filipe Nyusi exteriorizou a sua convicção que a Sasol gera poucos benefícios para os moçambicanos.

Um das razões está relacionada com os contratos que lhe permitem impor preços vantajosos para a sua operação em Inhambane mas por outro lado o Instituto Nacional de Petróleos não tem capacidade para fiscalizar o que é produzido e vendido para a própria Sasol na África do Sul. Um dos funcionários do Estado que acompanhou a entrada da petrolífera admitiu em entrevista ao @Verdade que falta “capacidade de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique”.

A empresa que explora areais pesadas em Nampula assim

como a mineradora que extrai carvão em Tete são outras empresas que através de esquemas criativos de facturação conseguem pagar o mínimo de receitas ao erário moçambicanos, afinal as suas sedes estão situadas em paraísos fiscais.

Mesmo a Anadarko e a ENI, ainda antes de começarem a explorar o gás natural existente em Cabo Delgado, já estão a aproveitar as fragilidades do Estado moçambicano para declararem como custos recuperáveis os bilhões de dólares que tem investido na pesquisa.

A petrolífera italiana que lidera o consórcio que vai explorar gás natural na Área 4 Offshore da Bacia do Rovuma declarou que os 4,3 bilhões de dólares norte-americanos que investiu em pesquisa e desenvolvimento até 2017 são custos recuperáveis.

Numa lógica similar está a petrolífera norte-americana que lidera o consórcio que vai explorar gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma que declarou como custos recuperáveis 4,8 bilhões dos 5 bilhões de dólares norte-americanos que investiu na pesquisa, até 2016, e ainda no desenvolvimento que iniciou em 2017.

O @Verdade apurou que até os inflacionados 50 milhões de dólares norte-americanos que a ExxonMobil terá pago por 12 hectares das TDM em Maputo serão deduzidos pela petrolífera como custos recuperáveis.

“Vai uma única instituição a cuidar dos dois assuntos, porque são coincidentes”

O Estado moçambicano para

Quadro n.ºV.13- Custos Recuperáveis					
(Em mil USD)					
N.º Ordem	Empresas	Saldo inicial	Custos de 2017	Saldo a 31/12/2017	Peso (%)
1	Anadarko Moçambique, Área 1, Lda.	4.678.407	148.274	4.826.681	49,8
2	ENI- Consolidado	2.957.553	1.325.260	4.282.813	44,2
3	ENI East África	2.957.553	277.941	3.235.494	33,4
4	Coral FLNG, SA	-	1.047.319	1.047.319	10,8
5	SPT, LDA			584.721	6,0
	Total (1+2+5)	7.635.959	1.473.534	9.694.215	100,0
Fonte: Relatórios Trimestrais de Receitas e Despesas da Anadarko, ENI e SPT, Lda (2016 e 2017)					

conseguir obter algum ganho destes bilhões investidos e que podem ser recuperados quase na totalidade, ao abrigo da legislação nacional, deve verificar cada dólar e certifica-los. No entanto o Instituto Nacional de Petróleos admitiu a sua incompetência nessa certificação e caso o prazo previsto para o fazer expire são receitas que não vão entrar para o erário.

O ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela, que desde a sua posse tem prometido a instalação da Alta Autoridade para Indústria Extrativa, e havia garantido que a mesma aconteceria em 2018, disse em finais do mês de Março ao @Verdade que o Conselho de Ministros iria definir o enquadramento legal, as competências, a composição e mecanismo de designação dos membros, “este mês, ainda ontem estivemos a apreciar”.

“O problema é que temos dois processos o da Alta Autoridade e também a institucionalização da Transparência para a Indústria Extractiva. Em vez de criamos dois braços, tínhamos a Ernest & Young a fazer a consultoria para a ITIE e uma consultora americana a fazer para

outra, coincidentemente os dois estudos juntaram-se e terminaram no ano passado e agora já é proposta”, explicou Tonela ao @Verdade no passado dia 18, à margem da XVI Conferência Anual do Sector Privado.

O ministro Ernesto Max Tonela revelou que: “Vai uma única instituição a cuidar dos dois assuntos, porque são coincidentes”.

“Instituto Nacional de Petróleos de longe não está em condições de fazer face a aquilo que se exige na fiscalização e monitoria”

No entanto académico Adriano Nuvunga, que tem acompanhado a indústria extrativa desde a sua instalação no nosso país, discorda do ministro. “São instituições com âmbitos de actuação diferentes, uma trabalha com as empresas e o Governo na boa vontade de transparência da indústria extractiva enquanto a outra monitora e fiscaliza” as multinacionais.

Em Novembro passado o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da As-

sembleia da República, Edson Macuacua, disse durante um Fórum em Maputo que “o Instituto Nacional de Petróleos apesar de ter a competência legal, formal reconhecida não tem capacidade técnica para fazer a necessária regulação”.

“Só para fazer uma Auditoria a umas das grandes empresas a capacidade instalada no Instituto Nacional de Petróleos de longe não está em condições de fazer face a aquilo que se exige na fiscalização e monitoria das operações dessas grandes indústrias. Em termos de recursos financeiros o Instituto Nacional de Petróleos tem que recorrer a empréstimos, doações e outras captações para poder ter recursos para desencadear um auditoria para depois poder fazer o seu trabalho como Regulador e nem sempre em tempo oportuno consegue realizar as auditorias”, afirmou Edson Macuacua.

Questionado pelo @Verdade o Instituto Nacional de Petróleos esclareceu que: “O processo de auditoria está em curso e prevê-se a emissão do relatório do exercício económico de 2015 no presente mês de Março. Seguir-se-á a finalização da auditoria aos anos 2016 e 2017”.

Renamo apela ao adiamento do recenseamento mas sem mudança do dia da votação

Devido ao impacto do ciclone e cheias no Centro de Moçambique o partido Renamo apelou ao Governo do partido Frelimo a estender o adiamento do recenseamento eleitoral para as Gerais deste ano dos 15 dias aprovados para 45, como forma de salvaguardar “o direito de eleger e ser eleito, de todos os moçambicanos, e em nome da inclusão”, afinal a província de Sofala é o quinto maior Circulo eleitoral e um dos bastiões da oposição.

Texto: Adérito Caldeira

Pela voz de José Manteigas o maior partido de oposição considerou, em conferência de imprensa nesta segunda-feira (01), que os 15 dias de adiamento concedidos pelo Governo, para que os cidadãos eleitores nas províncias de Sofala e quicá Manica restabeleçam as suas vidas depois de terem sido massacrados pelo Ciclone IDAI e cheias.

“(…) É um tempo muito curto e irrisório para as populações reerguerem as suas vidas, deste modo entendemos ser salutar que o recenseamento eleitoral seja adiado por 45 dias pelo menos para permitir o reassentamento o que permitir o mapeamento seguro dos postos de recenseamento e acreditamos que os agentes cívicos irão precisar de tempo para desencadear as suas actividades junto as populações, tarefa que não ultrapassem para pessoas que ainda vivem o drama do ciclone e das cheias. Para salvaguardar o exercício e o direito de eleger e ser eleito, de todos os moçambicanos, e em nome da inclusão apelamos ao Conselho de Ministros para que reconsidere a sua decisão”, de-

clarou o porta-voz do partido Renamo.

De acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades pelo menos 1,8 milhão de cidadãos foram afectados pelo ciclone de categoria 4 e pelas cheias que se seguiram, sendo que mais de 140 mil foram resgatados dos seus locais de residência.

A província de Sofala, a mais atingida e que está agora a enfrentar um surto de cólera, foi o quinto maior Circulo eleitoral com 926.746 eleitores recenseados nas Gerais de 2014 e onde 55,91 por cento votaram no falecido líder da Renamo e ainda elegeram 10 deputados para a Assembleia da República.

O apelo do maior partido de oposição vai de encontro com o desejo das autoridades eleitorais que apontavam para 3 meses como o tempo necessário de adiamento pois grande parte das suas brigadas de recenseamento instala-se e trabalham em escolas, ora 3.318 salas de aulas foram danificadas pelas calamidades naturais no Centro de Moçambique.

Em apoio às vítimas do ciclone Idai: Universidade Politécnica organiza jogo beneficente de basquetebol

A Universidade Politécnica, através da Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE), em parceria com o Clube de Desportos d'A Politécnica e a Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo, organizou, no sábado, 30 de Março, jogos beneficentes de basquetebol, em apoio às vítimas do ciclone Idai, que arrasou recentemente a zona centro do País, tendo deixado um rastro de dor e destruição, principalmente na cidade da Beira e no distrito de Búzi, em Sofala.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A iniciativa, que contou também com o apoio da Fundação Tzu Chi, envolveu seis equipas de basquetebol, sendo quatro juvenis (duas masculinas e duas femininas) e duas séniores (mistas), compostas por jogadores do Clube de Desportos d'A Politécnica, Clube de Desportos Estrela Vermelha, Clube de Basquetebol Bela Rosa, bem como por antigos atletas da modalidade.

Segundo a pró-reitora para a Área de Pós-Graduação, Investigação Científica, Extensão Universitária e Cooperação da Universidade Politécnica e directora executiva da FUNDE, Rosânia da Silva, através deste gesto, a universidade pretende contribuir para a minimização do sofrimento das famílias afectadas



pela catástrofe.

“Entendemos que, face a esta tragédia, devíamos, também, mobilizarmo-nos para dar o nosso apoio, por isso tivemos a ideia de promover esta iniciativa, que, para além da comunidade académica, contou com a participação dos moradores das áreas circunvizinhas”, explicou Rosânia da Silva.

Durante os jogos, foram angariados diversos produtos ali-

mentares não perecíveis, peças de vestuário, calçado, material escolar, entre outros artigos, que, de acordo com a pró-reitora da Universidade Politécnica, serão posteriormente canalizados ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), que os fará chegar às vítimas.

Entretanto, acrescentou Rosânia da Silva, “para as pessoas que não puderam participar no sábado, mas que pretendam apoiar a iniciativa, poderão canalizar os seus donativos à Universidade Politécnica durante a semana”.

Importa realçar que os jogos, que tiveram lugar no Pavilhão da Universidade Politécnica, foram intercalados por diversas actividades de cariz cultural, concursos, entre outras.

Doze óbitos em 21 acidentes de viação em Moçambique

As autoridades policiais registaram 21 acidentes de viação durante a última semana de Março em Moçambique, oito dos quais atropelamentos, que resultaram em 12 óbitos.

Texto: Redacção

A má travessia de peões e a velocidade excessiva são indicadas pela Polícia da República de Moçambique como a causa principal dos acidentes, ocorridos entre 23 e 29 de Março, que resultaram ainda em 27 feridos graves e 36 ligeiros.

Nas acções de prevenção que continuamente são realizadas a Polícia de Trânsito apreendeu 61 viaturas, 464 cartas de condução, 41 livretes e aplicou 4.519 multas após fiscalizar 43.950 viaturas.

Em comunicado de imprensa o Comando-Geral da Polícia indica ainda que 22 automobilistas foram detidos por condução ilegal e 17 por tentativa de corrupção aos agentes da autoridade.

PRM detém assaltantes a mão armada em Maputo

Dois jovens foram detidos em flagrante delito pela Polícia da República de Moçambique (PRM) na Cidade e Província de Maputo e são acusados de serem os mentores de assaltos a mão armada.

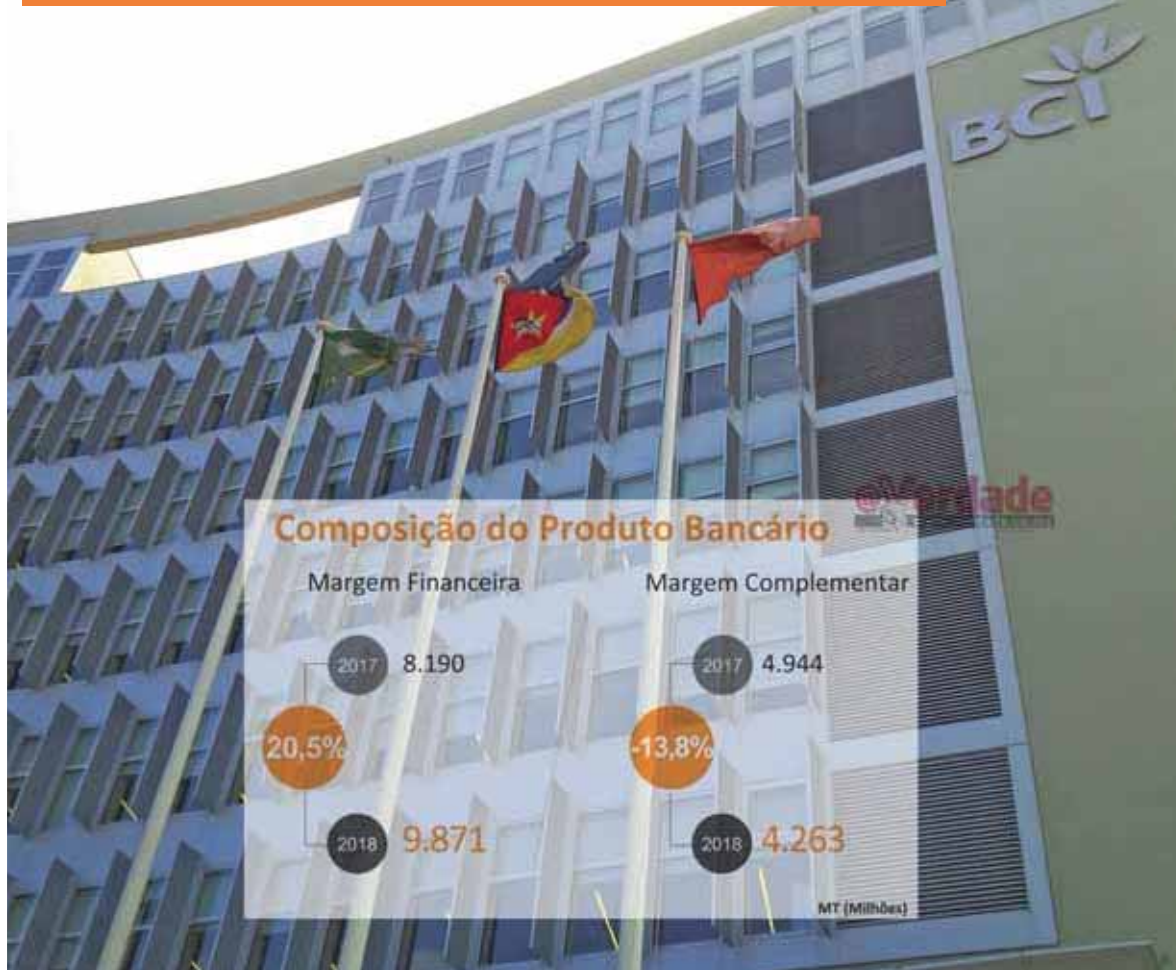
Texto: Redacção

M. Ribeiro de 44 anos de idade e F.Cossa de 28 anos de idade foram flagrados pelas autoridades quando tentavam assaltar um estabelecimento comercial na semana finda na posse de uma arma de fogo do tipo pistola, vinte munições e uma máscara.

“Estes indivíduos são fortemente indicados como tendo protagonizado assaltos com recurso a estes instrumentos, na cidade e província de Maputo. São indivíduos que são apontados, neste último caso, de assalto num estabelecimento comercial de um chinês, onde teriam roubado vários bens com destaque para valores monetários” disse a jornalista o porta-voz da PRM na cidade de Maputo, Leonel Muchina.

Entretanto, no balanço semanal das suas actividades o Comando da Polícia refere em comunicado ter registado 112 delitos, entre 23 e 29 de Março, haver detido 14 indivíduos que vão responder pela posse de 15 armas de fogo apreendidas em Maputo, Cidade e Província, Gaza e Manica.

Margem de lucro do BCI sobe para 9,8 biliões de Meticais, mais do que duplicou desde início da crise económica em Moçambique



A política monetária do Banco de Moçambique continua a enriquecer o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) que em 2018 aumentou a sua margem de lucro para 9,8 biliões de Meticais, mais do que o dobro dos 4 biliões que obteve antes do início da crise económica e financeira no nosso país. “Ao nível do negócio não há qualquer tipo de queda, há até um crescimento relevante” enfatizou Paulo Sousa, o vice-presidente do Conselho de Administração do maior banco comercial no nosso país.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Vacinas contra a cólera já estão em Sofala onde o surto alastrou-se ao Dondo e causou um óbito

Já estão na cidade da Beira as 900 mil vacinas contra a cólera, do stock mundial que foi disponibilizado para uso de emergência na província de Sofala, onde o surto que eclodiu após o ciclone IDAI e as cheias fez mais uma vítima mortal, desta vez no distrito do Dondo.

Texto: Redacção • Foto: UNICEF

“Nas últimas 24 horas registamos um total de 376 casos de cólera aqui na Província de Sofala. É importante realçar que destes casos 296 tiveram tratamento nas nossas unidades sanitárias e foram para suas casa”, actualizou a jornalista nesta terça-feira (02) o Director Nacional de Assistência Médica, Usse-ne Isse, que detalhou: “na cidade da Beira, nas últimas 24 horas, registamos 259 casos de cólera e zero óbitos; no distrito de Nhamatanda registamos 57 casos de cólera e zero óbitos; e no distrito de Dondo registamos 60 casos e um óbito”.

Segundo Isse “este óbito chegou



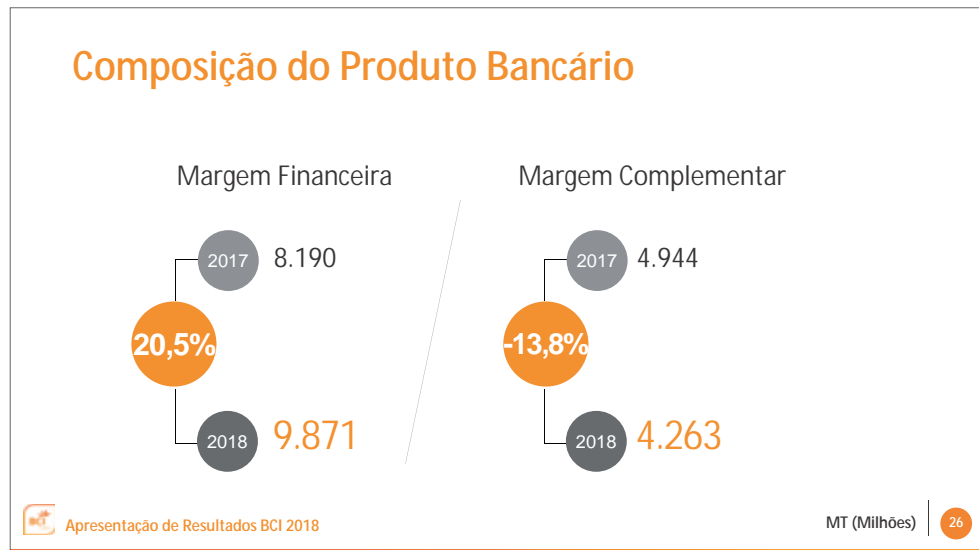
na nossa unidade sanitária numa situação de perda de líquidos muito grave”. Cumulativamente, desde o passado dia 27 de Março, as autoridades de Saúde receberam e trataram de 1.680 doentes com cólera.

ciamento da GAVI, The Vaccine Alliance, e que deverão começar a ser administradas por via oral nesta quarta-feira na cidade da Beira e nos distritos de Dondo, Búzi e Nhamatanda.



→ continuação Pag. 09 - Margem de lucro do BCI sobe para 9,8 bilhões de Meticais, mais do que duplicou desde início da crise económica em Moçambique

No terceiro ano da crise económica em Moçambique o banco que insiste ser daki, mas na realidade é detido pelos accionistas portugueses Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimento, aumentou a sua margem financeira de 8 bilhões em 2017 para 9,8 bilhões de Meticais.

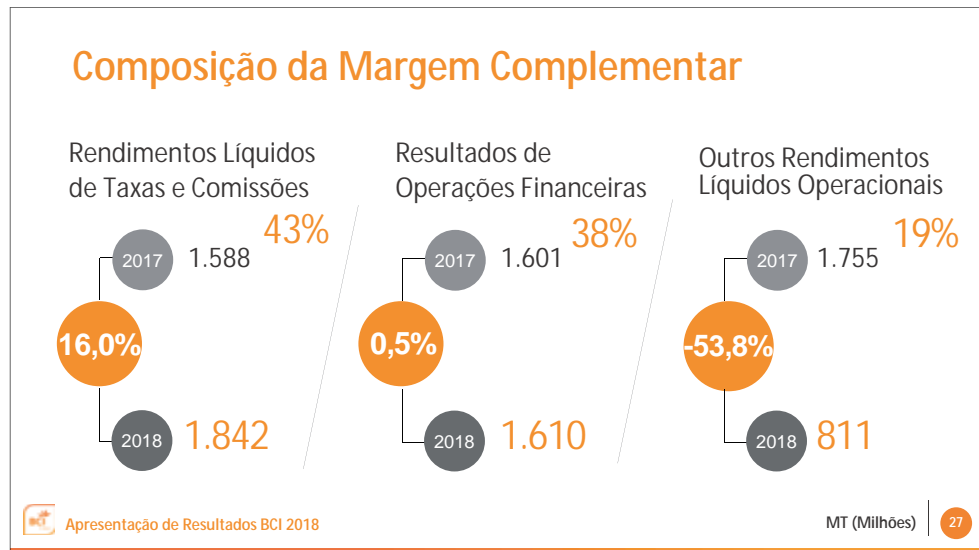


Embora o crescimento deste indicador, que é a base do lucro das instituições de crédito e que corresponde à diferença entre os juros cobrados nos créditos e os juros que remuneram os depósitos, tenha ficado aquém dos mais de 2 bilhões de Meticais obtidos consecutivamente nos exercícios de 2017 e 2016 o BCI aumentou os seus lucros.

“Ao nível do negócio não há qualquer tipo de queda, há até um crescimento relevante” enfatizou Paulo Sousa, vice-presidente do Conselho de Administração, durante a apresentação de resultados.

Paulo Sousa assinalou que o crédito a clientes caiu 4,9 por cento, como resultado do nível de taxas de juro e da evolução da economia moçambicana, que em 2018 desacelerou para 3,3 por cento, no entanto partilhou: “que sentimos a partir de Outubro do ano passado já uma inversão da tendência, nomeadamente do consumo privado e do investimento privado”.

No período referido por Sousa o BCI manteve os seus altos spreads que vinha praticando desde 2017 (6,5 por cento para crédito à Habitação; 12,5 por cento para crédito ao consumo; 11,5 por cento para empréstimos de curto ou longo prazo e 9,5 por cento no Leasing) e por isso facturou 12 bilhões de Meticais em juros sobre os produtos de crédito que vendeu aos seus clientes durante 2018.



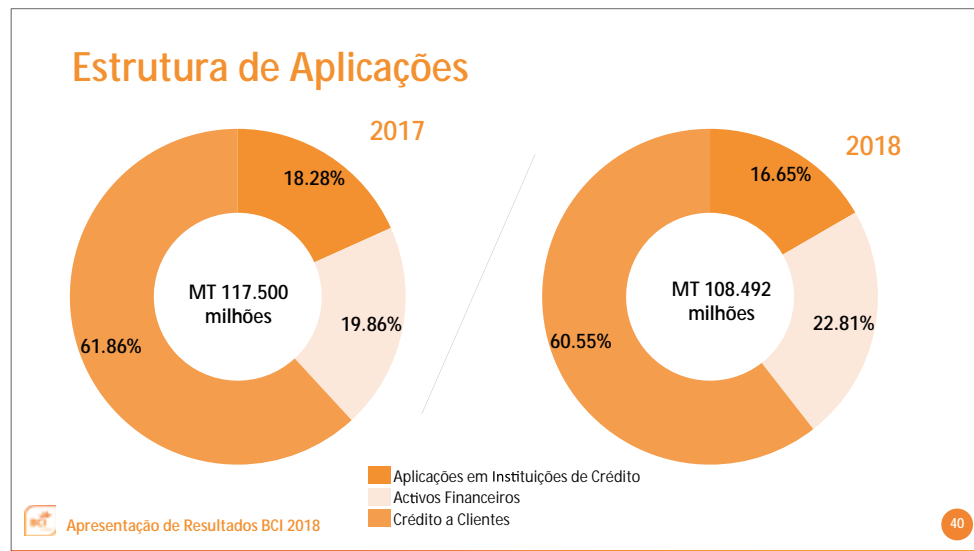
As taxas e comissões que o Banco Comercial e de Investimentos cobrou aos moçambicanos em crise renderam 2,4 bilhões de Meticais, mais de metade

obtido cada vez que as suas ATM's ou POS's são usadas e pelos clientes de contas móveis que já são 1,2 milhão.

O resultado líquido quase duplicou para 4 bilhões de Meticais, comparativamente aos 2,3 bilhões obtidos no exercício de 2017 e ao 1,4 bilhão do primeiro ano da crise em Moçambique.

Dívida Interna de Moçambique rendeu mais de 4 bilhões de Meticais ao BCI

Mas para além do crescimento do produto bancário, particularmente os ganhos obtidos com serviços e comissões cobradas aos seus clientes, contribuiu para estes bons resultados do BCI os rendimentos obtidos com o investimento em Títulos de Dívida Pública Interna do Estado cuja carteira aumentou de 19,86 para 22,81 por cento e rendeu em juros no ano passado renderam mais de 4 bilhões de Meticais.



O @Verdade não conseguiu descortinar quando rendeu ainda ao Banco Comercial e de Investimentos as Garantias prestadas pelo Estado moçambicano, principalmente para a deficitárias Empresas Públicas LAM, Petromoc, TDM, Mcel que ascendiam a 36,9 bilhões de Meticais.

Recordar que o BCI foi um dos bancos nacionais que comprou secretamente as dívidas ilegais que precipitaram a crise que Moçambique enfrenta. Segundo a Auditoria da Krol o banco adquiriu 30 milhões de dólares norte americanos em dívida ilegal da Proindicus e mais 25 milhões de dólares em dívida ilegal da EMATUM.

“O Banco tem vindo a reduzir progressivamente a sua exposição a Títulos de Dívida Pública em moeda estrangeira e neste momento é já muito residual a componente dos activos financeiros que estão denominados em moeda estrangeira”, referiu Paulo Sousa na apresentação das contas de 2018 que está disponível no sítio da internet do BCI.

3.27 MARGEM FINANCEIRA				
Esta rubrica tem a seguinte composição:				
	GRUPO		BANCO	
	2017-18	2017-17	2017-18	2017-17
Juros e rendimentos similares				
Juros de disponibilidades	1.043.239	1.203.901	1.043.239	1.058.863
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.502.715.581	1.513.319.602	2.502.715.581	1.513.319.602
Juros de créditos a clientes	12.016.795.206	13.713.468.391	12.055.429.064	13.897.451.036
Juros de activos financeiros	4.011.880.200	4.335.107.296	4.011.880.200	4.335.107.296
Outros Juros e rendimentos similares	-	205.980	-	-
	19.532.434.242	19.763.353.299	19.571.868.100	19.546.336.878
Juros e encargos similares				
Juros de recursos do Banco Central	-	9.104.816	-	9.104.816
Juros de recursos de outras instituições de crédito	75.048.157	93.370.741	75.048.157	93.370.741
Juros de depósitos de clientes	7.774.455.172	10.592.683.251	7.774.455.172	10.592.683.251
Juros de recursos consignados	925.298.878	1.035.290.258	925.298.878	1.035.290.258
Juros de passivos financeiros	10.056.465	14.964.777	10.056.465	14.964.777
Outros Juros e encargos similares	96.639.204	103.115.864	95.939.309	102.639.029
	8.897.557.876	11.806.419.707	8.896.667.861	11.808.062.831
	10.644.876.366	7.956.933.543	10.644.876.366	10.644.876.366

Comboio de passageiros descarrila na Manhica

Um comboio de passageiros que fazia a ligação entre a cidade de Maputo e o distrito da Manhica descarrilou na noite de segunda-feira (01) no desvio da Maragra sem causar vítimas.

Texto: Redacção

Em comunicado Empresa Pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) precisa que “registou-se o descarrilamento total da locomotiva, e parcial de três carruagens de passageiros, não tendo havido registo de feridos entre os passageiros”, sem no entanto

indicar quantas pessoas estavam no comboio na altura do descarrilamento.

Ainda segundo os CFM uma “sabotagem, provocada por indivíduos ainda a monte” nas agulhas que permitem fazer o desvio de comboios

para a Açucareira da Maragra é tida como a causa preliminar do descarrilamento.

Devido ao acidente foi suspensa a circulação dos comboios na Linha do Limpopo que permite o acesso ao Porto de Maputo pelo Zimbabwe.

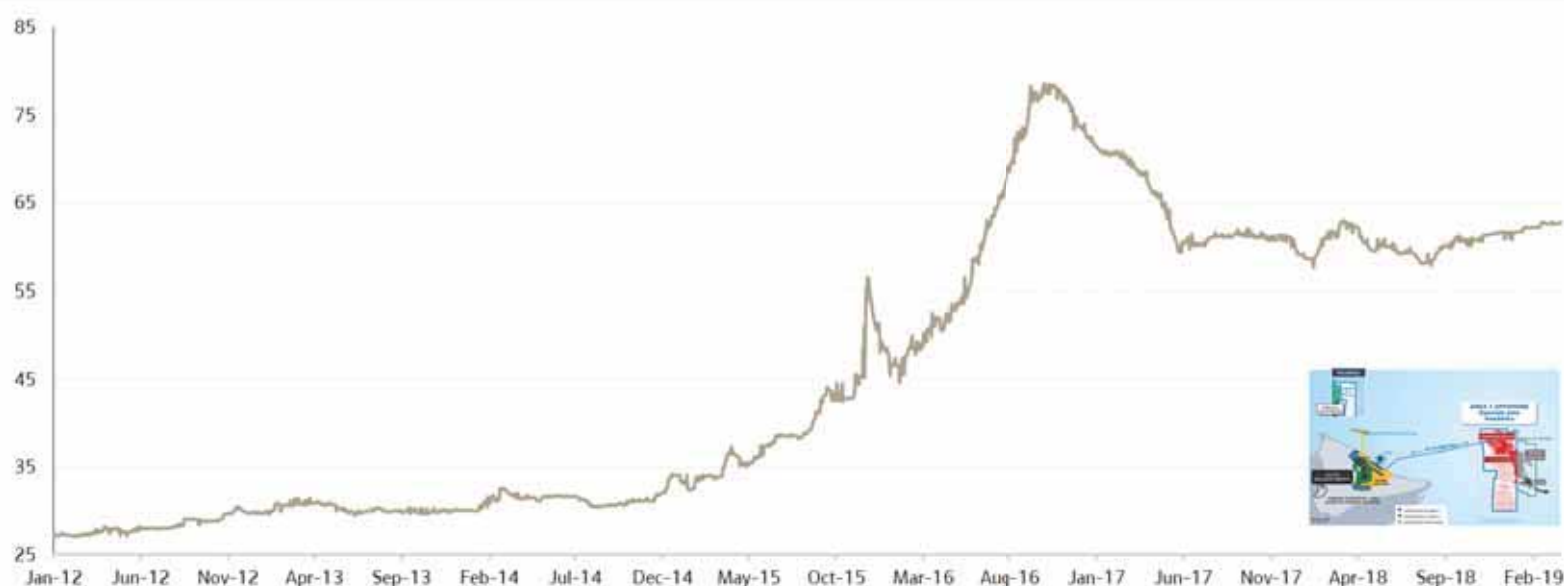
ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Metical continua a enfraquecer... até começarem a entrar em Moçambique os Dólares da Anadarko, ExxonMobil e da ajuda prometida às vítimas do IDAI

USD/MZN: trending higher



A moeda moçambicana continua a enfraquecer em relação as principais divisas, nesta quarta-feira (03) o Dólar norte-americano foi cotado a 64,67 Meticais. Esta depreciação iniciada em 2018 só deverá ser invertida na segunda metade de 2019, em função do início dos fluxos de entrada dos investimentos na Anadarko e ExxonMobil, da ajuda do FMI e de outros parceiros estrangeiros que prometeram ajuda às vítimas do Cilone IDAI.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



Parlamento aprova perda de mandato do deputado Ricardo Tomás mas mantém Geraldo de Carvalho

A Comissão Permanente da Assembleia da República aprovou nesta quarta-feira (03) a perda de mandato do deputado Ricardo Tomás, porém não encontrou matéria para tomar decisão idêntica relativamente Geraldo de Carvalho. Ambos deputados do MDM participaram activamente na campanha do partido Renamo as autárquicas de 2018 tendo Tomás sido mesmo cabeça de lista para o Município de Tete.

Texto: Redacção

Nas Eleições Autárquicas de 2018 os deputados do Movimento Democrático de Moçambique (MDM Ricardo Tomás e Geraldo de Carvalho juntaram-se a horda de "desertores" para o partido Renamo com o primeiro a ser indicado como o cabeça de lista para o Conselho Autárquico da Cidade de Tete. Terminada a votação, onde Tomás não foi eleito, ambos regressaram aos lugares que anteriormente ocupavam na bancada parlamentar do MDM.

Diante da falta de dignidade destes seus deputados mas claramente com outras preferências partidária o MDM iniciou um processo para a sua perda de mandato que só agora mereceu a atenção do órgão competente do Parlamento.

Quanto a Ricardo Tomás a Comissão

Permanente decidiu pela perda de mandato, após terem sido "analisadas as circunstâncias em que atribuem a perda de mandato, que são essencialmente o facto de ter aceite candidatar-se para o cargo de presidente do Município da Cidade de Tete", explicou Mateus Khatupa, o porta-voz do órgão.

Contudo, de acordo com Khatupa, "em relação ao deputado Geraldo de Carvalho a Assembleia da República encontrou sinais de comportamento eticamente sancionáveis mas não há base legal nem sinal evidências que ele tenha assumido uma função específica na Renamo, e também não há evidências que ele tenha deixado de fazer parte do partido MDM", por isso decidiu que continua a fazer parte da bancada parlamentar do partido do "galo".

Funcionário do SENAMI julgados falsificação de passaportes

Teve início nesta quarta-feira (03) na 4ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo o julgamento de seis funcionários do Serviço Nacional de Migração (SENAMI) acusados de criarem um sistema de falsificação de passaportes e outros documentos de identificação.

Texto: Redacção

Cidália dos Santos é uma das arguidas em julgamento e terá, segundo a acusação, dentre vários documentos falsos produzido o passaporte que permitiu ao cadastrado Momade Assife Abdul Satar fugir de Moçambique em 2016.

Está também sentada no banco dos réus Cira Fernandes que é acusada da concessão de vistos de entrada em Moçambique a 17 cidadãos nigerianos.

A estes arguidos juntam-se outros 20 funcionários do SENAMI que são acusados da emissão de 42 passaportes falsos que foram usados por cidadãos de nacionalidade nigeriana entretanto detidos na China.



→ continuação Pag. 11 - Metical continua a enfraquecer... até começarem a entrar em Moçambique os Dólares da Anadarko, ExxonMobil e da ajuda prometida às vítimas do IDAI

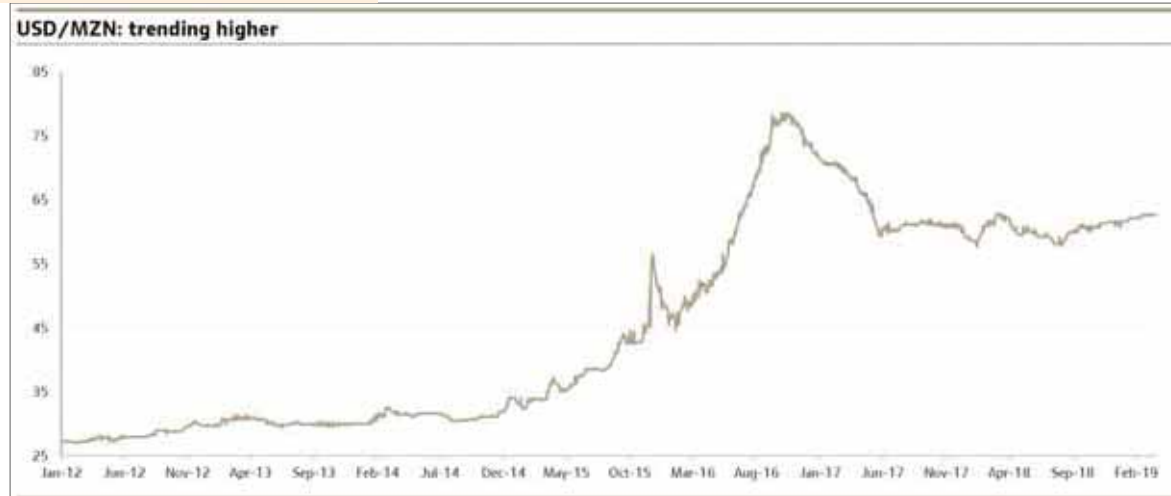
Após uma ligeira apreciação, entre Junho e Setembro de 2018, em que chegou a ser cotado a 58,69 Meticais por Dólar norte-americano a moeda nacional começou a enfraquecer tendo iniciado o ano de 2019 a valer 62,06. Desde então a depreciação tem continuado e antes de refletir o impacto do Ciclone IDAI e das cheias na economia está a valer 64,67 por Dólar, em alguns bancos comerciais foi a moeda norte-americana chegou a ser vendida nesta quarta-feira (03) a 64,80 Meticais.

Quando no início de Março o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu, de emergência, aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira de 27 para 36 por cento os empresários nacionais assustaram-se e alertaram que no curto prazo o Metical iria depreciar “rapidamente e numa dimensão que não se possa reverter, sendo agravada pela tendência de depreciação do Metical face ao Dólar que temos verificado recentemente bem como a redução das reservas internacionais líquidas”.

Na altura economistas do sector financeiro explicaram ao @Verdade existe um princípio do Banco de Moçambique que estimula a flexibilidade cambial para estabilizar as Reservas Internacionais Líquidas, portanto se o mercado estiver sobre grande pressão o câmbio tem que subir, se o mercado estiver com excesso de dólares o câmbio baixa.

No entanto os economistas ressaltaram que se o câmbio começar a subir de forma acelerada, porque Moçambique é dependente de importações, que aumentaram e até desequilibraram a Balança Comercial do último trimestre de 2018, o banco central poderá tomar novas medidas extraordinárias para conter a depreciação do Metical afinal um dos principais objectivos do Banco de Moçambique é manter inflação baixa.

Por seu turno o grupo de Estu-



dos Económicos do Standard Bank afirma na sua análise mensal de Março: “Vemos uma cotação ascendente do Dólar em relação ao Metical durante o 1º semestre do ano antes de baixar para perto do 60 (Meticais por Dólar norte-americano) no 2º semestre, influenciado pelas entradas de Dólares que se seguirão as tomadas de decisões finais de investimento dos projectos de gás natural”.

a recuperação económica assim como a anunciada ajuda financeira do FMI e de outros Parceiros de Cooperação internacional.

No entanto, “Apesar de ainda ser cedo para poder avaliar de forma mais abrangente o impacto negativo do Idai, baixámos a previsão do crescimento homólogo do Produto Interno Bruto deste

5,0 por cento”, projectados em Janeiro.

Governo procura de fontes de recursos para Orçamento rectificativo

A Missão do Fundo Monetário Internacional que esteve recentemente em Maputo anunciou que está a considerar um empréstimo de emergência para Moçambique que poderá chegar aos 120 milhões de dólares norte-americanos a serem desembolsados “em poucas semanas”, no entanto não deixou perspectiva animadoras para a economia a curto prazo.

“Apesar dos prováveis efeitos macroeconómicos adversos do Ciclone Idai em 2019, que estão ainda a ser analisados, as perspectivas são de uma recuperação da actividade económica a médio prazo, com uma expansão mais significativa com o início da produção de GNL, esperada para 2023” disse o chefe da Missão, Ricardo Velloso.

O Governo ainda está a quantificar os danos do Ciclone IDAI e das cheias que se seguiram e a procura de fontes de financiamento para um eventual Orçamento rectificativo. “Se conseguirmos identificar fontes dos recursos que necessitamos para aumentar a despesa, naturalmente que iremos ao Parlamento propor um Orçamento rectificativo”, disse esta segunda-feira (01) o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane.



Standard Bank revê em baixa crescimento do PIB em 2019

Além disso Fátima Mussá, economista-chefe do Standard Bank, comentou na 2ª edição do novo índice económico lançado pela instituição, “PMI”, que a Decisão Final de Investimento que a Anadarko deverá tomar em Abril e que a ExxonMobil poderá tomar antes do fim de 2019 vão contribuir para um sentimento positivo e apoiar

ano para 3,5 por cento em vez de 3,7 por cento”.

Esta revisão em baixa está cada vez mais longe das perspectivas do Governo de Filipe Nyusi que espera que a economia acelere para 4,7 por cento este ano, depois dos 3,3 por cento de 2018.

O economista-chefe do Standard Bank indica ainda um aumento da “previsão de 12 meses da inflação média deste ano para 6,2 por cento no mesmo período em vez dos

Cidadania

Xiconhoquices

Cólera

É deveras preocupante o número de casos de cólera na região Centro do país. desde o passado dia 27 foram tratados na província de Sofala 1.304 doentes. Para fazer face a situação, já estão na cidade da Beira as 900 mil vacinas contra a cólera, do stock mundial que foi disponibilizado para uso de emergência na província de Sofala, onde o surto que eclodiu após o ciclone IDAI e as cheias fez mais uma vítima mortal, desta vez no distrito do Dondo. No entanto, é bom que se diga em abono da verdade que a causa real deste surto não é apenas ligados a catastrophe natural que se sentiu naquele ponto do país. A verdade é que na maioria dos bairros e distritos, onde o surto eclodiu, as famílias nunca tiveram casa de banho com fossas sépticas, e o acesso à água potável sempre foi limitado. Portanto, não se podia esperar situação diferente, quando o Governo é negligente com os seus cidadãos.

Terror em Cabo Delgado

A cada dia que passa a situação de ataques violentos as populações na província de Cabo Delgado tende a aumentar, sob olhar inoperante das Forças de Defesa e Segurança (FDS). No mês passado, além de intensificar os ataques em Macomia, onde são frequentes assaltos a viaturas de passageiros que viajam ao Posto Administrativo de Mucojo, o grupo armado, avançou ao distrito de Meluco, e tem estado a circular na estrada N380, a principal via de acesso que liga a zona norte de Cabo Delgado. Como se isso não bastasse, depois provocar terror nas populações no norte de Cabo Delgado, onde algumas aldeias dos distritos de Palma e Mocimboa da Praia, os insurgentes viraram o cano para a zona centro da província, onde nos últimos tempos ocorrem ataques armados diários e em plena luz do dia. O Governo moçambicano continua a fazer ouvidos moucos.

Lucros do BCI

A custa do sofrimento dos moçambicanos, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) tem estado a engordar os bolsos dos seus accionistas. Aliás, diga-se de passagem, a política monetária do Banco de Moçambique continua a enriquecer o BCI. A título de exemplo, em 2018 aumentou a sua margem de lucro para 9,8 biliões de meticais, mais do que o dobro dos 4 biliões que obteve antes do início da crise económica e financeira no nosso país. Além disso, é preciso recordar que o BCI foi um dos bancos nacionais que comprou secretamente as dívidas ilegais que precipitaram a crise que Moçambique enfrenta. Segundo a Auditoria da Krol o banco adquiriu 30 milhões de dólares norte-americanos em dívida ilegal da Proindicus e mais 25 milhões de dólares em dívida ilegal da EMATUM. Quanta Xiconhoquice!

Distrito do Búzi com acesso a voz, internet e linha fixa

A Tmcel (Moçambique Telecom, SA) restabeleceu, integralmente, os serviços de voz, internet e linha fixa no distrito do Búzi, uma das zonas mais afectadas pelo ciclone Idai, na província de Sofala.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

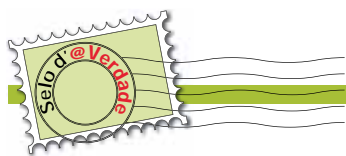
Para possibilitar maior fluidez nas comunicações, por parte da população, aquela empresa pública de telefonia móvel disponibilizou, igualmente, o acesso grátis de voz, válido para todas as operadoras, a partir de cabines instaladas no posto policial daquele distrito.

Recorde-se que, neste âmbito de solidarie-

dade social, para com as populações vítimas do ciclone, a Tmcel já havia disponibilizado ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), meios de comunicação, constituído por 50 telemóveis, para comunicações de voz e mensagens, contendo crédito no valor de cinco mil meticais cada, e ainda recargas no valor de 100 mil meticais, des-

tinadas às equipas operativas do INGC posicionadas nos locais da tragédia.

Adicionalmente, a operadora pública de comunicações disponibilizou uma linha verde gratuita (823441), através da qual os cidadãos podem contactar o INGC para reportar ocorrências ou solicitar assistência e informações.



MARROMEU: FALHANÇO ELEITORAL NUMA COMPETIÇÃO POLÍTICA¹

Introdução

Entre 10 de Outubro e 22 de Novembro de 2018, a vila municipal de Marromeu foi palco de duas eleições autárquicas. Um dos sinais dessas eleições foi uma forte competição política entre a Frelimo e a Renamo, dois adversários históricos, mas que acabou por se tornar num processo viciado, sobretudo na fase do apuramento de votos. O problema de viciação de processos eleitorais tem sido recorrente em Moçambique. Desde as primeiras eleições democráticas de 1994, os partidos da oposição e a sociedade civil no geral têm contestado sem grande sucesso os resultados eleitorais, principalmente por considerarem que os órgãos de gestão eleitoral com a ajuda da força policial procedem como instrumentos de fraude pró-Frelimo. Este texto relata o decurso da eleição municipal em Marromeu com enfoque nos ciclos de recenseamento eleitoral, competição interna para as listas de candidatos dos partidos políticos, campanha eleitoral e informação eleitoral, para além das suas fases sombrias de votação e apuramento de votos. As questões que são levantadas aqui têm sido amplamente discutidas em trabalhos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)². Relatar e discutir esses aspectos pode ajudar os actores do campo político a reflectir sobre os principais desafios eleitorais do país, buscando explicações para os problemas que eles próprios têm identificado ao longo do tempo.

1. Recenseamento eleitoral

À semelhança do que ocorreu em recenseamentos eleitorais anteriores, em Marromeu persistiram problemas técnicos nos equipamentos para registo dos dados do eleitor, inexperiência de brigadistas para o seu manuseamento, lentidão tanto dos brigadistas como das próprias máquinas entre a captação das impressões digitais, dados do eleitor e emissão do cartão de eleitor, erros na recolha de dados do eleitor, falta de informação ao eleitor sobre a exibição pública

dos cadernos eleitorais para verificação de dados, resposta tardia por parte da assistência técnica do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) em caso de avarias de equipamentos, reposição de materiais ou fornecimento de corrente eléctrica alternativa, entre outros. Apesar destes problemas, existe uma percepção geral que o recenseamento eleitoral foi satisfatório. A meta inicial para o recenseamento em Marromeu era de 35.242 eleitores, tendo o STAE registado um total de 28.211 eleitores, indicando que 7.031 potenciais eleitores não se recensearam para votar, principalmente devido a: (i) não permissão pelos brigadistas do uso da cédula pessoal como documento válido durante a fase inicial do recenseamento; (ii) fraca capacidade das baterias das máquinas para reter energia em postos de recenseamento que não tinham corrente eléctrica permanente; e (iii) falta de meios de transporte para que os técnicos do STAE pudessem responder prontamente aos problemas. Estes factores podem ter provocado a desistência dos eleitores.

Durante o recenseamento, um outro problema que pode ter comprometido o processo eleitoral está relacionado com o receio que os partidos da oposição tiveram sobre a possibilidade de cidadãos provenientes de fora dos limites municipais (Chupanga, Malinga-Panse e distrito de Cheringoma, entre outros) e que foram recenseados, pudessem votar. Sobre este receio, o STAE revelou que o registo desses eleitores foi permitido porque o recenseamento era aberto a todos cidadãos com idade eleitoral, mas que no momento da votação só poderia votar o eleitor residente no município, sendo que competiria aos membros das mesas de voto (MMVs) a verificação da sua elegibilidade no dia de votação. Apesar deste caso ter surgido nas várias discussões, a Comissão Distrital de Eleições (CDE) não recebeu uma queixa formal, o que pressupõe que o registo dos eleitores tenha sido conduzido de acordo com a lei e obedecendo aos procedimentos.

2. Cabeças de lista dos partidos políticos

O processo de candidatura às listas dos partidos políticos foi um pouco transparente, teve alguma competição interna, mas foi enfraquecido pelas lideranças do partido ao nível distrital e provincial. Na Frelimo, os relatos indicam que a liderança do partido na província de Sofala foi decisiva na fase em que as discussões para a escolha de quem encabeçaria a lista do partido se tornaram mais acesas. Os potenciais cabeças de lista, preferidos ao nível da base, foram removidos no meio de discórdias (incluindo o edil cessante), numa disputa que envolveu o secretário distrital e o administrador distrital. Neste jogo de forças, o candidato à cabeça de lista da Frelimo que parecia reunir maior simpatia no seio dos membros do partido foi transferido de Marromeu em circunstâncias pouco claras. Verónica Timbe, que se tornou cabeça de lista, foi inicialmente rejeitada pelas lideranças do partido até que o Secretário Provincial em Sofala fizesse valer a sua autoridade, indigitando-a como cabeça de lista. Do lado da Renamo e do MDM, o processo foi fechado e aparenta não ter sido aberto ao escrutínio interno para a escolha dos cabeças de lista, embora do lado do MDM, João Germano fosse o candidato mais natural, uma vez que tem merecido a confiança do seu partido desde a sua dissidência da Renamo quando acabou o seu mandato (2003-2008) como edil de Marromeu pela extinta aliança partidária Renamo-União Eleitoral.

3. Campanha e informação eleitoral

A campanha eleitoral foi realizada num clima de festa e grande disputa. Acompanhados de seus membros e simpatizantes, os cabeças de lista não mediram esforços para ir ao encontro dos eleitores, explicando como votar e difundindo suas mensagens pelos locais por onde passavam bem como por via dos media. Foram organizados desfiles, comícios, con-

certos musicais, campanha porta-a-porta, reuniões em locais de maior concentração dos munícipes, distribuição de folhetos, capulanas, camisetas, lenços, acções de caridade para os menos desfavorecidos. As mulheres e os jovens foram os principais agentes de mobilização do eleitorado.

Durante os 13 dias de campanha, a Frelimo teve uma disseminação mais alargada de eventos, marchando em várias frentes num só dia de campanha, o que mostra o seu forte poderio financeiro e de recursos humanos e meios de mobilidade, tais como carros e motorizadas. A Renamo e o MDM conduziram dois eventos por dia, um no período da manhã e outro à tarde. Os meios de que dispunham eram visivelmente escassos. Na Renamo, a bicicleta foi o principal meio de mobilidade para seus membros e simpatizantes. Já o MDM, reuniu menos recursos e meios em relação aos seus adversários, uma vez que dispunha de uma única viatura que servia para deslocar os apoiantes. De salientar que a Frelimo recebeu doações de comerciantes locais e simpatizantes e conseguiu mobilizar fundos através de eventos públicos e privados. Já para os partidos da oposição, os seus fundos vieram em parte de doações de pessoas anónimas.

Em termos de mensagens, o foco para os partidos era a melhoria das condições de vida dos munícipes e de serviços básicos como acesso aos cuidados de saúde, construção de salas de aulas, recolha de lixo, abastecimento de água, alargamento da rede eléctrica, remodelação das redes rodoviárias, criação de emprego, etc. Com base no seu manifesto eleitoral, a Frelimo apresentou ao eleitorado um projecto de governação focado na unidade, paz, desenvolvimento e bem-estar dos munícipes. Já os partidos da oposição, sem um manifesto eleitoral escrito, denunciaram uma má governação da Frelimo relativamente aos seus três mandatos anteriores, tendo feito um apelo à mudança e reconstrução da vila.

continua Pag. 14 →

Pergunta à Tina...

Boa noite Tina, minha esposa está a amamentar, estivemos a fazer sexo com preservativo e o preservativo furou-se e acabei ejaculando nela. Fora do risco de engravidar, será que vai fazer mal à criança? E se fizer mal, o que faço? Nobélio

Boa noite, Nobélio. Não vai fazer mal nenhum à criança. Podes ficar tranquilo, não precisas fazer nada, não há problema nenhum para a criança. Aproveito para lembrar que não é normal o preservativo furar durante uma relação sexual. Talvez leres com atenção as instruções sobre como se deve usar o preservativo, para evitares que aconteça de novo.

Olá Tina. Chamo-me Salvador. Tive relações sexuais com a minha namorada após o período fértil, antes da sua menstruação neste mês. Ela tem um período menstrual regular e curto (dia 21). Após ter as relações sexuais, ela começou a sentir algum desconforto, ou seja dores de barriga durante uma semana. Logo em seguida recomendei-lhe que fosse ao hospital explicar a situação. Por mais incrível que pareça, mesmo após explicar o sucedido, os enfermeiros apenas lhe receitaram remédios para combater a tal dor de barriga. Mas sempre que se medicava sentia uma dor de barriga forte ela parou de se medicar. Comecei a suspeitar de uma possível gravidez. Decidimos esperar pelo dia da menstruação, tendo chegado o dia ela não apanhou e agora tem um atraso de cinco dias, ela não sente nenhum sintoma de gravidez, simplesmente estamos preocupados não sabemos se pode ser gravidez ou não. Poderia optar pelos testes comercializados nas farmácias, mas pela última vez que fizemos isso nos deu um resultado enganoso (positivo), mas na verdade ela não estava grávida e algumas pessoas também disseram que o teste não é seguro. Por favor espero que me ajudes com alguma explicação sobre isso. Desde já agradeço. Jojó

Olá, Jojó. Lamento o mau momento pelo qual tu e principalmente a tua namorada estão a passar. Realmente, pela descrição, não parece que a tua namorada possa estar grávida. Quanto aos testes de gravidez comercializados nas farmácias, eles são em geral muito confiáveis. O problema dos resultados falsos que por vezes ocorrem é devido principalmente ao uso incorrecto do teste. Por exemplo, se o teste tiver ultrapassado a data de validade, é normal acontecerem erros. Outra falha frequente é fazer a leitura do resultado depois do tempo recomendado pelo fabricante; acontece por vezes que se constata um resultado negativo, mas depois de meia hora, ele já poderá ser positivo. Por isso, é muito importante cumprir as instruções do fabricante, em especial no que respeita ao tempo que é necessário esperar para fazer a leitura do resultado.

Outro aspecto importante que por vezes não é cumprido, é proceder à abertura da embalagem onde o teste está contido apenas no momento em que vai ser usado, pois a sua exposição prolongada ao ar ambiente pode falsear o resultado.

Também o recipiente em que a urina é recolhida deve estar muito bem limpo e seco. Este recipiente e o próprio teste devem ser manuseados com cuidado, pois se houver resíduos de sabão ou detergente na mão ou no recipiente, pode dar origem a erros.

Alguns fabricantes recomendam que a área genital deve ser lavada com água antes da recolha da urina, pois a presença de resíduos de sabonete ou cremes íntimos podem falsear o resultado.

Em conclusão, estes testes são fidedignos desde que se cumpram rigorosamente as instruções para o seu uso. E para confirmação, o teste pode ser repetido 2-3 dias depois, se possível com um teste de outro fabricante.

→ continuação Pag. 13 - MARROMEU: FALHANÇO ELEITORAL NUMA COMPETIÇÃO POLÍTICA

A informação eleitoral foi essencialmente promovida pelo Gabinete de Informação em colaboração com a rádio comunitária local, STAE e CDE. Durante quatro dias ininterruptos, três activistas numa viatura de todo o terreno, equipada com alto-falantes, propagaram de forma repetida as mensagens sobre a eleição. A rádio comunitária local passou informação diversa sobre eleições em programas não pagos e patrocinados. A Pressão Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), uma organização da sociedade civil da Rede de Monitoria da Sociedade Civil (RMSC)³, produziu debates em directo sobre questões eleitorais com a participação de jornalistas, representantes do STAE, CDE, polícia e membros do seu Comité de Resposta e Reconciliação Local para mitigação de conflitos eleitorais. Por sua vez, os partidos forneceram informações aos eleitores, principalmente sobre como votar neles no dia da votação. Instituições religiosas como a igreja católica e as mesquitas dedicaram nas suas cerimónias religiosas alguns minutos para fornecer informações úteis aos fiéis sobre a importância das eleições. No entanto, os entrevistados consideraram que houve pouca informação eleitoral no município e que era preciso uma abordagem mais permanente de informação, educação e mobilização eleitoral.

Por razões que não foi possível apurar, a televisão e rádio públicas foram os únicos órgãos que cobriram a campanha e o escrutínio de Outubro. A TVM e RM fizeram uma cobertura equilibrada, uma vez que foi possível observar a sua presença nas três frentes políticas em disputa, permitindo aos três partidos a oportunidade de divulgar seus manifestos. A estação comunitária local fez uma cobertura tendencialmente pró-Frelimo, incluindo a cobertura das cerimónias de divulgação dos resultados da eleição de 10 de Outubro e de 22 de Novembro. Na eleição repetida, foi possível observar uma maior presença de órgãos independentes, que fizeram uma cobertura imparcial do processo de votação. Esta eleição ficou manchada pelo impedimento da polícia à cobertura jornalística independente. Um jornalista da STV, por exemplo, foi agredido pela polícia por tentar denunciar irregularidades e injustiças à integridade desta eleição.

4. Incidentes e intimidações

Um dos poucos incidentes

que foi revelado ocorreu no início da campanha. Apoiantes da Renamo e Frelimo confrontaram-se num episódio de vandalização de materiais de marketing eleitoral, o qual foi tratado pelo Tribunal Distrital de Marrómeu. O caso não procedeu por falta de matéria para acusação. No entanto, em vários locais era possível ver sinais de vandalização de cartazes dos três partidos políticos na corrida. Alguns cartazes estavam, inclusive, colados em repartições públicas. Observou-se a presença de cartazes da Frelimo e Renamo nas janelas da Conservatória de Registo Civil de Marrómeu bem como nas paredes da Escola Primária Completa (EPC) Acordos de Lusaka, que era uma das assembleias de voto. Aqui foi curioso observar apenas cartazes da Frelimo, que para além dos que se encontravam na escola, estavam colados em quase todas as casas ao seu redor. Refira-se que o STAE e CDE realizaram, no dia dedicado à observação de silêncio, o trabalho de remoção das cores dos partidos que se encontravam expostos à volta das assembleias de voto para fazer cumprir a lei.

Cenas de intimidação marcaram o decurso da campanha. O medo instalou-se no seio dos munícipes por causa dos relatos que havia sobre a presença de forças de defesa e segurança que estariam a intimidar a população e que, em resposta, a Renamo teria mantido em prontidão cem homens armados na localidade de Nensa para, em caso de necessidade, retaliar. As pessoas passaram a recear um possível conflito armado. Sobre estas alegações, a polícia local revelou que a presença dos militares na periferia do município deveria ser percebida no contexto das recentes hostilidades entre a Renamo e o Governo, uma vez que os militares em questão estavam acampados na periferia do distrito desde então. Por sua vez, o Governador de Sofala num dos comícios que orientou para a Frelimo, referiu-se ao caso em forma de apelo à população para denunciar junto das autoridades quaisquer tentativas de agitação e criação de medo com o propósito de instigar à guerra. Sobre o medo, foi interessante observar que no dia que se seguiu à eleição de 10 de Outubro, o ambiente vivido em Marrómeu se parecia com um estado de sítio não anunciado, pois não se via a mesma dinâmica social como nos dias anteriores.

5. Exemplos de irregularidades

São vários os exemplos de

irregularidades na eleição que deu vitória à Frelimo em Marrómeu. Nas duas eleições, o processo não foi transparente nem credível. Na primeira, por exemplo:

- Houve situações de votos válidos da Renamo terem sido considerados como nulos e votos nulos da Frelimo terem sido revalidados para aproximar os resultados da Renamo, que estavam a ser contados em maioria. Nestes casos, os delegados de candidatura da Renamo foram solicitados a proceder com a reclamação, mas noutros casos, alguns presidentes das mesas, provavelmente ligados ao partido Frelimo, se recusaram a entregar-lhes as folhas de reclamação. A contagem intermédia de voto, que seria o momento para proceder à reclassificação de votos, não veio a acontecer porque os resultados divulgados no dia 12 de Outubro pela CDE foram produzidos em circunstâncias sinistras. Isto porque nem os membros dos partidos da oposição no STAE/CDE nem os respectivos mandatários que acompanharam a votação, tampouco os observadores eleitorais puderam assisti-la, pois não tiveram conhecimento do local onde a mesma decorria. Refira-se que a sede do STAE, onde deveria ter acontecido a recontagem de votos, esteve encerrada após o dia da eleição.

- Nalgumas mesas de voto, actas e editais não foram nem assinadas pelos MMVs nem sequer entregues aos mandatários dos partidos políticos. Houve também presidentes e secretários de mesa que abandonaram o seu posto quando os resultados da contagem indicavam uma possível derrota da Frelimo.

- Nas mesas de voto foi possível ver presidentes e secretários que estiveram a fazer a campanha e não participaram na formação de MMVs. Dado que as actividades de campanha e formação aconteceram em simultâneo, a integridade do STAE pode ser questionada, uma vez que terá permitido que MMVs sem formação pudessem orientar a eleição.

- A acção do STAE/CDE junto com a da polícia suscitou muita discórdia dos partidos da oposição e eleitores. Numa das mesas da EPC⁴ de Outubro, por exemplo, um MMV foi detido pela polícia por ter sido encontrado na posse de 10 boletins de voto e tentava introduzi-los numa das cabinas de voto. Apesar de ter sido detido e transportado pela polícia, estranhamente no Comando da Polícia de Marrómeu não houve registo desta ocorrência.

Estas situações podem ter contribuído para a tensão e violência que ocorreu nalgumas mesas na fase do apuramento parcial de votos, pois os eleitores, por desconfiarem da integridade dos MMVs/STAE⁴, quiseram vigiar a eleição. A polícia não permitiu que isso acontecesse e usou armas de fogo e gás lacrimogénio para os dispersar das imediações das mesas, alegando que era necessário para garantir a segurança dos MMVs e do material eleitoral. Conforme foi possível observar nas ocorrências do Hospital de Marrómeu, a acção da polícia resultou em um morto e vários feridos. Refira-se que na EPC 25 de Junho e EPC Samora Machel, os kits com materiais de votação foram removidos para um destino incerto por funcionários do STAE escoltados pela polícia. Um kit foi encontrado abandonado e vandalizado num mercado próximo à EPC 25 de Junho.

A eleição de 10 de Outubro em Marrómeu foi anulada após forte contestação da Renamo, suportada por organizações da sociedade civil de monitoria e observação eleitoral, tais como Votar Moçambique, para além da Igreja Católica, académicos, comunidade internacional, media independentes, partidos políticos, entre outros. Mas, na eleição repetida a 22 de Novembro de 2018, que se realizou em oito assembleias de voto onde o Conselho Constitucional (CC) invalidou os resultados (seis na EPC 25 de Junho e duas na EPC Samora Machel)⁵, as irregularidades voltaram a repetir-se, apesar de um maior controle e monitoria de organizações de interesse⁶. A cabeça de lista da Frelimo foi considerada vencedora, com 45,78% de votos contra 45,53% obtidos pelo da Renamo e 8,69% do MDM. No entanto, a contagem paralela feita pela plataforma Sala da Paz⁷ mostrou que Eusébio Vasco, da Renamo, venceu com 62%, contra 27% obtidos pela candidata da Frelimo e o candidato do MDM obteve 2,5%.

Conclusão

O caso de Marrómeu mostra que apesar da forte competição política verificada, sobretudo durante a campanha eleitoral, a imparcialidade, falta de transparência e de profissionalismo por parte dos órgãos de gestão eleitoral e da polícia, particularmente nas fases da votação e apuramento de votos, descredibilizaram a eleição, tornando-a num falhanço democrático. De referir que a aceitação dos resultados eleitorais por parte

dos actores políticos e da sociedade no geral depende até certo ponto da integridade destas entidades. Por fim, nota-se uma necessidade de os partidos e cidadãos avaliarem a sua performance de sofisticação política, principalmente no que diz respeito à informação e fiscalização eleitoral por forma a obter resultados mais credíveis em próximas eleições.

Por Crescêncio B.G. Pereira

¹ O texto resulta em parte de uma missão de observação eleitoral que o autor realizou em Marrómeu para o Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA). A recolha de informação para a produção do texto foi possível com o apoio do observador do EISA, Kevin Maenzanise, a quem vai um agradecimento especial. Refira-se que Crescêncio B.G. Pereira é assessor de comunicação no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

² Acesso às publicações do IESE sobre eleições em: <http://www.iese.ac.mz/publicacoes-do-iese-sobre-eleicoes-em-mocambique/>

³ A RMSC é uma iniciativa do Votar Moçambique, um consórcio de organizações que trabalha em defesa de um ambiente eleitoral pacífico, transparente e íntegro.

⁴ Relativamente à desconfiança em relação ao STAE, a Renamo protestou o facto de a maior parte dos presidentes e secretários das mesas de voto ser constituída por professores locais que, segundo eles, teriam uma predisposição para favorecer a Frelimo no dia da eleição. Por exemplo, durante os eventos de campanha eleitoral, a Renamo exibiu um dístico com a seguinte mensagem: “Abaixo usar professores como instrumento de fraude enquanto não pagam salário condigno. Abaixo!”

⁵ No geral, a eleição de Marrómeu realizou-se em oito assembleias de voto, perfazendo 39 mesas.

⁶ Na eleição repetida, há uma extensa cobertura mediática que confirma as irregularidades praticadas pelo STAE/CDE e polícia. Refira-se que o autor não participou da observação desta eleição.

⁷ Uma rede de organizações da sociedade civil moçambicana que, à semelhança de Votar Moçambique, faz a monitoria e gestão de conflitos eleitorais.

No garimpo, prostituição, droga e na carga pesada: Um milhão de crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil em Moçambique

Cerca de um milhão de crianças moçambicanas estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, de acordo com os resultados do estudo realizado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane-UEM, com o objectivo de compreender melhor este fenómeno, no País.

A referida pesquisa forneceu, ainda, indicações específicas sobre as manifestações das piores formas de trabalho infantil, em Moçambique, nomeadamente a mineração do tipo garimpo, a prostituição, o tráfico de drogas e o transporte de carga pesada.

Conforme deu a conhecer o presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral do MITESS, Mário Ussene, no decurso do workshop regional sul sobre o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil, ocorrido, na quarta-feira, 3 de Abril, em Maputo, em resposta às recomendações do estudo, o Governo aprovou, em 2017, o plano de acção para o combate a este fenómeno.

A produção do referido plano de acção envolveu várias forças vivas da sociedade, em representação de todo o país, com particular destaque para a participação activa das próprias crianças, através do Parlamento Infantil.

“A par da ratificação da Convenção 182, sobre o combate às Piores Formas do Trabalho Infantil, e a 138, sobre a Idade Mínima para o Trabalho, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Governo aprovou, em 2016, a Política de Emprego, que no seu pilar número quatro, sobre o trabalho digno produtivo e sustentável, inclui um conjunto de acções que visam combater as piores formas de trabalho infantil”, frisou Mário Ussene.

Um ano após a aprovação do Plano Nacional de Acção para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, conforme sublinhou Mário Ussene, nota-se, com satisfação, que os resultados da implementação deste



instrumento são animadores: “Com efeito, cresce o interesse de diversos actores na matéria, bem como a vontade de participar neste combate, em prol do bem-estar das nossas crianças e do nosso futuro”, sustentou.

Promovidos pelo MITESS, os workshops regionais, a terem lugar, igualmente, nos dias 9 e 12 de Abril, nas províncias de Nampula e Tete, respectivamente, enquadram-se na implementação do Plano de Acção para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANPFTI), que têm como objectivos solidificar a intersectorialidade no âmbito do combate às piores formas do trabalho infantil, identificar desafios a nível sectorial, entre outros.

No encontro realizado em Maputo, o representante da Fundação sediada em Genébra, na Suíça, para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT), Nicholas McCoy,

anunciou que a organização aprovou, em Novembro do ano passado, um projecto avaliado em 1.2 milhões de dólares norte-americanos, a ser implementado na província de Tete, com o objectivo de atrair as crianças às escolas e ajudar os jovens a adquirirem empregos dignos e decentes.

Há mais de 10 anos que a ECLT tem investido nas crianças moçambicanas ajudando-as a se manterem fora dos perigos do trabalho infantil: “Estamos agora a trabalhar com o Governo moçambicano, com vista a identificar a melhor forma de contribuir, através da alocação de recursos necessários, para o alívio do sofrimento das crianças vítimas do ciclone Idai, em Moçambique”, concluiu Nicholas McCoy.

Funcionários do MITESS ajudam a aliviar sofrimento das vítimas do ciclone Idai

Funcionários do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) procederam, na quinta-feira, 4 de Abril, à entrega de diversas peças de vestuário e calçado, mantas e roupas de cama ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), em apoio às vítimas do ciclone Idai, que assolou a zona centro do País no passado dia 14 de Março.



O donativo, constituído por mais de 50 caixas, resulta de um movimento de solidariedade criado pelos funcionários do MITESS, com o objectivo de angariar donativos para as populações afectadas.

“Cada funcionário deu um pouco de si em solidariedade aos nossos irmãos afectados pelo ciclone Idai. Não podíamos ficar alheios ao que se vive na zona centro do País”, explicou Cláudio João, em representação dos funcionários.

Paralelamente a esta acção, e com vista a ajudar os funcionários mais afectados das representações do MITESS a nível da província de Sofala e Manica a reerguerem as suas casas, funcionários do MITESS contribuíram um total de 220 mil meticais, dos quais 80% foram destinados a Sofala e os restantes 20% a Manica.

Falando após a recepção do donativo, Domingos Couane, representante do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, agradeceu o gesto, “que vai ajudar a minorar o sofrimento dos afectados, que aos poucos vão retomando à vida normal”.

Metrobus prestes a receber financiamento internacional para construção de sua própria linha férrea

O Metrobus, sistema integrado de transporte para a região metropolitana de Maputo, constitui uma solução alternativa inovadora, viável, confortável e com um padrão de uso sustentável, segundo concluiu uma equipa de investigadores do projecto T-SUM Transitions to Sustainable Urban Mobility (Transições para a Mobilidade Urbana Sustentável).

Financiado pelo GCRF-Fundo Global de Pesquisa em Desafios, o projecto T-SUM decorre nas cidades de Maputo e Freetown, capital da Serra Leoa, e tem por objectivo identificar as condições que podem contribuir para acelerar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do transporte e uso do solo, nas cidades em crescimento na África Subsaariana.

Para aferir as condições de funcionamento do Metrobus, nas primeiras horas da manhã de quinta-feira, 4 de Abril, a equipa do T-SUM efectuou uma viagem no Metrobus, a partir do bairro do Zimpeto, num autocarro, até à estação ferroviária da Matola Gare, donde partiu, numa automotora, com destino à Estação Central dos CFM-Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, na baixa da cidade. Daqui seguiu de autocarro para a Avenida Julius Nyerere.

Após a viagem exploratória, durante a qual a equipa interagiu com vários passageiros, Clemence Cavoli, docente e investigadora do Co-



légio Universitário de Londres (UCL-University College London), indicou que o Metrobus é um subsistema de transporte fiável e confortável, que merece ser desenvolvido para absorver o segmento de passageiros com poder aquisitivo para pagar pelo serviço.

“Com esta experiência, ficamos com a impres-

são de que o Metrobus é um bom projecto, com potencial para ajudar a solucionar os problemas de mobilidade urbana”, frisou a investigadora, cuja pesquisa decorre em colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o Banco Mundial.

Pretende-se com o T-SUM, segundo destacou Clemence Cavoli, desenvolver uma estrutura baseada em trajetórias de desenvolvimento de alternativas para o transporte urbano não sustentável, montar e co-produzir provas, através do levantamento de dados sobre o transporte urbano e do uso do solo nas cidades em rápido desenvolvimento na região, como Maputo e Freetown, e iniciar processos de governação participativa para promover novos modelos sustentáveis de desenvolvimento do sector.

A propósito da visita da equipa do T-SUM, Sheila Camal, directora geral da Sir Motors, referiu que o projecto espera, neste processo, obter um financiamento para a construção da linha férrea para o Metro, através da comparticipação do Banco Mundial e instituições conexas.

“A referida linha férrea vai permitir, em diferentes fases da sua construção, ligar a Estação da Matola-Gare à Estação de Albazine, permitindo a circulação, em forma de anel, à volta de Maputo, reduzindo o tempo médio de espera de 15 minutos nas estações ferroviárias e ainda ligar a zona do Infulene (Estádio da Machava) ao eixo Machava-Maputo, para além de construir uma linha paralela exclusiva para o Metro”, indicou.

Espera-se com este investimento, conforme acrescentou Sheila Camal, transportar, na primeira fase, 75 mil passageiros, por dia, utilizar equipamento eléctrico, económico, eficiente e amigo do ambiente, poupar divisas ao País e reduzir a sinistralidade, oferecendo um sistema de mobilidade sustentável.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz